



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

**ERIVALDO SILVA TEIXEIRA**

**AÇÕES SOCIAIS DE VALORES E AFETO NO COTIDIANO DA ESCOLA:**  
Narrativas de Professores e Alunos de uma Escola Pública de Ensino Médio

**FORTALEZA**  
**2024**

**ERIVALDO SILVA TEIXEIRA**

**AÇÕES SOCIAIS DE VALORES E AFETO NO COTIDIANO DA ESCOLA:**

Narrativas de Professores e Alunos de uma Escola Pública de Ensino Médio

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Juventude e questões contemporâneas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva.

**FORTALEZA**

**2024**

**ERIVALDO SILVA TEIXEIRA**

**AÇÕES SOCIAIS DE VALORES E AFETO NO COTIDIANO DA ESCOLA:**

Narrativas de Professores e Alunos de uma Escola Pública de Ensino Médio

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Juventude e questões contemporâneas.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva – UFC (Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Monalisa Soares Lopes – UFC

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Carine de Moraes Martins - UECE

## RESUMO

Nos últimos anos, a escola, seus interlocutores e o processo educativo tem sido duramente *cobrado* por diversos agentes sociais em relação à conduta de alunos e professores. Métodos de ensino e temáticas em noticiários, *post* e denúncias envolveram a intolerância religiosa, disputas eleitorais e posicionamentos ideológicos atribuindo associações de cunho moral/religioso escolheram a escola como *locus* de atuação. Essa pesquisa de cunho qualitativo etnográfico procura verificar no intervalo entre abril/2022 a outubro/2023, o que nem sempre é percebido nas narrativas que culpabilizam a escola, professores e alunos por falhas ou desencontros educacionais. A ação moral de valores afetivos tecida por Max Weber (1999), materializada nas ações cotidianas por intermédio das narrativas vividas (Peirano, 2006) foi o interesse desse observador ao adentrar nessa aventura *etnosociológica* significados práticos ao componente curricular de Sociologia em uma escola pública de ensino médio na metrópole cearense. No percurso teórico metodológico, o campo intensivo observando o que Goffman (2010) aponta ser uma interação social na sequência dos rituais, proposto por Douglas (2014) nas salas de aula, atividades esportivas, aula de campo, entrevista semiestruturadas com gravador e grupo focal com foram estratégias metodológicas para verificar, interpretar e registrar esses afetos e convivialidade.

**Palavras-chave:** juventudes; escola; ação moral de valores e afetos.

## ABSTRACT

In recent years, the school, its interlocutors and the educational process have been harshly demanded by various social agents in relation to the conduct of students and teachers. Teaching methods and themes in newscasts, posts and denunciations involving religious intolerance, electoral disputes and ideological positions attributing moral/religious associations chose the school as the locus of action. This ethnographic qualitative research seeks to verify in the interval between April 2022 and October 2023, what is not always perceived in the narratives that blame the school, teachers and students for educational failures or mismatches. The moral action of affective values woven by Max Weber (1999), materialized in daily actions through the lived narratives (Peirano, 2006) was the interest of this observer when entering into this ethnosociological adventure practical meanings to the curricular component of Sociology in a public high school in the metropolis of Ceará. In the theoretical methodological path, the intensive field observing what Goffman (2010) points out to be a social interaction in the sequence of rituals, proposed by Douglas (2014) in classrooms, sports activities, field class, semi-structured interviews with a recorder and focus group with were methodological strategies to verify, interpret and record these affections and conviviality.

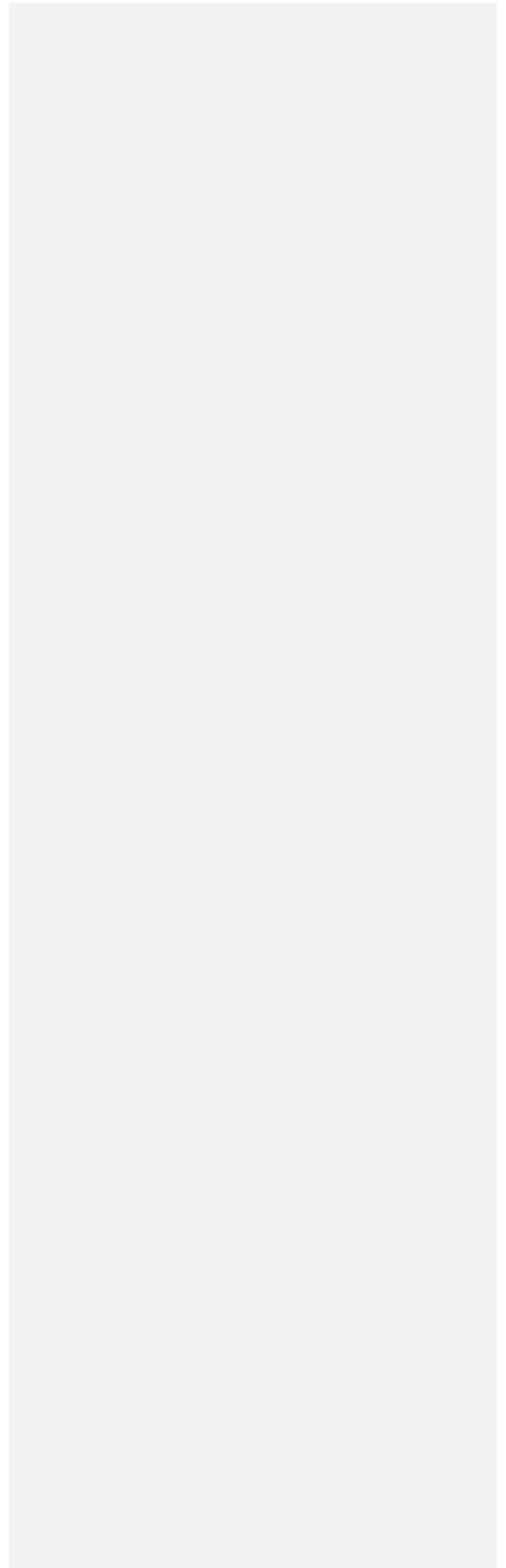
**Keywords:** youth; school; moral action of values and affections.

## LISTAS DE FIGURAS

- Figura 1 - Localizando a EEMTI Estado do Pará, na região conhecida por Grande Lagamar (Tauape, Alto da Balança e Aerolândia) na metrópole cearense (Janeiro/2023)36
- Figura 2 - EEM Deputado Manoel Rodrigues na região do Grande Vicente Pinzon (Janeiro/2023)40
- Figura 3 - Fachada da EEM Deputado Manoel Rodrigues. O modelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), conforme replicado entre as pessoas na inauguração foi a tônica discursiva no dia da entrega oficial do prédio em 18/02/2022 com a presença do Governo Camilo Sa41
- Figura 4 - Convite divulgado nas redes sociais45
- Figura 5 - Momentos que assisti a célula que tem frequência entre 70 a 83 alunos por turno (Março/2022)45
- Figura 6 - XXX68
- Figura 7 - xxx69
- Figura 8 - xxx69
- Figura 9 - xxx69
- Figura 10 - xxx70
- Figura 11 - xxx71
- Figura 12 - xxx71
- Figura 13 - xxxx72
- Figura 14 - xxx72
- Figura 15 - xxx73
- Figura 16 - xxx73
- Figura 17 - xxx74
- Figura 18 - xxx75

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Materiais didáticos produzidos para Ensino Religioso na Região Nordeste.....	26
Quadro 2 - Percorso metodológico adotado. ....	34
Quadro 3 - Comparativo de Pesquisas.....	35



### **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

SEDUC/Ceará	Secretaria de Educação Básica –
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
AE	Ação educativa
DT	DATAFOLHA

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	18
2.1	A Abordagem do Ensino Religioso nas Escolas Públicas no Sistema Nacional de Educação Brasileiro: Uma Contextualização Histórico-Política e da Legislação .....	18
2.2	O multiculturalismo e as disputas religiosas dentro do contexto escolar.....	21
2.3	Dos desafios às oportunidades: uma perspectiva sobre a prática do Ensino Religioso na realidade escolar .....	23
2.4	Metodologias de aplicação prática do Ensino Religioso .....	24
3	METODOLOGIA .....	34
4	O INTERESSE PELO FENÔMENO RELIGIOSO NA ESCOLA .....	36
4.1	Relatos sobre a rotina.....	51
4.1.1	Percepções sobre a Escola Deputado Manoel Rodrigues.....	56
4.2	Percepções sobre a metodologia a ser utilizada .....	64
5	CONCLUSÕES .....	76
	REFERÊNCIAS .....	77

## 1 INTRODUÇÃO

O ideário da Constituição Cidadã (1988), a amplitude dos direitos fundamentais, atribuiu o conceito de Estado Laico, o qual expressa que todas as manifestações religiosas de fé ou modo de vida, inclusive das pessoas que professam não ter religião, devem ser respeitados, e que precisam ser tratados de forma igual. Ao mesmo tempo, necessariamente, deve ser um pilar importante de nossa organização social, reverberando como tema de relevância pública, e por isso, produzindo debates que ganham proeminência na esfera social.

Todavia, esse princípio constitucional, em especial, nos equipamentos públicos, notadamente em instituições escolares, tem sido redesenhado (Domingos, 2009; Silveira, 2021; Silva, 2019). A exponencial disputa religiosa que se faz presente, em especial, em grupos católicos e evangélicos, sinalizando assim, novas configurações dos espaços públicos brasileiros – e que tendem a crescer e se propagar, segundo resultados do censo 2022. A pesquisa censitária quantitativa, após dois anos estando atrasada, considerando o espaço de tempo em que – normalmente – ela é feita, que fora considerada e utilizada aqui, foi finalizada, entretanto os seus resultados ainda não foram divulgados.

O censo demográfico é elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e, conforme informes preliminares desta última pesquisa, foi indicado um recuo numérico na quantidade de católicos, e um crescimento exponencial de evangélicos, os quais, desde as eleições gerais de 2018, adentram no debate político brasileiro. No caso, as últimas eleições gerais (2022) atestaram essa crescente polarização, que foi bastante considerável a ponto de fazer a laicidade cambalear. Lembrando que há uma observação popular, infelizmente não consegui encontrar a fonte, a qual diz: *O Estado se diz laico, mas grande parte da população não é!* E esse pêndulo fez gerar polêmicas que envolvem na construção do último Plano Nacional de Educação – PNE (2014), e nos planos estaduais e municipais do referido campo.

Sem fugir desse roteiro, percebe-se que as práticas morais e religiosas ainda continuam incorporadas em muitas atividades escolares, nas sequências didáticas do professor de Sociologia, pondo em desalinho a pluralidade, o respeito as diferenças, ou a consideração à diversidade religiosa.

Com a inserção social cada vez mais virtualizada e competitiva, onde certos discursos morais e de valores se fortalecem (casamento, ter filhos e ter salários elevados), o que não deixa de ser interessante orbitam precocemente entre adolescentes entre 14 e 17 anos. E próxima a tais questões, há práticas discursivas reproduzidas por certos professores e familiares na

tentativa de moldar esse jovem na tentativa de “não se misturar” ou “ não é bom se influenciar com coisas erradas”<sup>1</sup>.

Considerando isso e a crença que a escola precisa oferecer um sentido prático ao aluno, não pondo as esperanças apenas no ENEM, esse texto procurou perceber cenas envolvendo outras questões elaboradas no cotidiano escolar, mas devido as demandas institucionais, passam despercebidas, daí a necessidade desse exercício da observação e narrativa de pequenos percursos e situações percebidas.

Um outro coadjuvante estratégico a esse escrevinhar foram as inúmeros *memes* e *fakenews* reproduzindo depreciações do tipo: *trollagem* e rancor em relação as pautas minoritárias dos Direitos Humanos, fortalecendo discursos centrais da Campanha do Presidente Jair Bolsonaro (2018), os quais em campo, pareciam comuns e até naturalizados por certos professores e alunos em sala de aula.

E nesse contraponto, as ações morais de afetos, propostas por Max Weber, indagam em relação à busca dos sujeitos relacionando a comunicação por intermédio de uma ação objetiva. Em contrapartida, a elaboração desses afetos e vínculos, além de fortalecer o grupo e a sensação de pertencimento em meio às diferenças políticas apontou a existência de outros locais de acolhida, aceitação ou de escuta a esses adolescentes, que enxergam uma proposta escola, por vezes, longe dos seus interesses gerais.

Desse estranhamento, vislumbrou-se na ação social racional de valores evocada por Weber (2004) por intermédio da sociabilidade religiosa, realizada por um grupo de alunos, uma vez por semana, no intervalo das aulas, um grupo de oração evangélico. Essa expressão passou a ser compreendida por alguns professores enquanto um viés comportamental “bom” pois, segundo, esses professores, podem e refletem na melhoria da disciplina escolar.

Por ainda serem adolescentes, essa aparente mudança precisam ser melhor consideradas em agendas, protocolos e acordos no percurso letivo, mas rapidamente animavam esses professores quando se reuniam no intervalo do café entre as aulas.

Assim, o propósito do presente trabalho é demonstrar e analisar ações que envolvem valores e afetos na rotina escolar por meio dos professores e alunos. Diante disso, considera-se a problemática que envolve – como já dito anteriormente – as mudanças relacionadas às alterações em relação as escolhas religiosas, o que também colaborariam a um polarização pois

---

<sup>1</sup> O termo *coisas erradas*, de forma mais didática é visto com o envolvimento com drogas, ser homossexual debochado, mas o que percebi mais presente nas narrativas é ser identificado como membro de uma das facções criminais. Uma materialidade cada vez presente e a juventude cada vez propensa a se incorporar.

o grupo de oração também era observado de uma forma “estranha” por professores e alunos que não se reconheciam na mística do grupo citado ou eram de outras religiões, por vezes, até mal compreendidas, a exemplo, aquelas de matriz africana ou pessoas que dizem elaborar suas espiritualidades sem necessariamente se identificar com a religião A ou B.

Daí, aproveito tais questionamentos relacionados ao fenômeno religioso nas escolas e como vem sendo discutidos – dentro da História – as questões políticas, os requisitos subjacentes, e por quais motivos isso tenha ganhado uma grande relevância. Se pensa aqui na problematização relacionada às opções de rompimento com a cultura tradicionalista que se dá em relação a esse rol de entendimentos que estabelece moldes unificados relacionados a ser, a conceber e a permanecer na sociedade.

Nesse sentido, considera-se central a (auto) reflexão do fazer científico, pautado em uma literatura que sinalize importância nos processos de elaboração dos saberes para o entendimento do mesmo, sendo parte constitutiva elementar (Mills, 2009; Peirano, 1995; 2006; Velho, 2011; Grossi; 1992). E nesses entremeios, o fato de estar como professor desses alunos favorecia certa confiança ao passo de acompanhar a agenda das atividades que elaboravam, e em relação a como eu me situaria no contexto.

De pronto, expliquei aos líderes o interesse em escrever um livro narrando as atividades do referido e um grupo de oração existente, mas começaria em fevereiro de 2020. Análises e observações continuaram a serem feitas durante a inserção do pesquisador deste trabalho no grupo, até o término do ano letivo em dezembro de 2019.

Com a posse de registros feitos a partir das observações relacionadas ao contexto, fui sistematizando a carta de apresentação ao mestrado mesmo sem a existência do grupo de oração, já que a pandemia causada pelo COVID-19 inviabilizou os encontros que se davam por este, mas sim com uma rotina escolar virtual com baixa frequência nas aulas.

Em julho de 2020 vieram as estranhas férias escolares. Em agosto, as transmissões digitais ficaram mais didáticas pois os alunos receberam *chip* com acesso livre a internet, o *google* formulário passou a proporcionar avaliações quantitativas, mas a ausência física e o medo da contaminação e mortes atormentavam.

Ao final do semestre, mesmo com as inúmeras incertezas, a aprovação na seleção do mestrado se deu com o seguinte tema de pesquisa: *Grupos de oração dentro das escolas: desafios no Estado Laico*. Em paralelo, o retorno profissional na condição de aluno/professor com carga laboral, mas dessa vez remota, sob medidas sanitárias, o pavor e o enfrentamento à mobilização que se dava em torno da disseminação do vírus COVID-19, mas sempre houve promessa de retorno presencial, considerando as medidas sanitárias devidas para fevereiro de

2021. Isso não se configurou, pois, as variantes da COVID, mesmo estando em curso a vacinação contra o vírus, impedia o retorno completo e devido tal situação, considerou-se a possibilidade de um prévio retorno presencial ocorrido para agosto de 2021, mas ainda a utilização das medidas sanitárias, e o uso de ferramentas que minimizassem a propagação do vírus e de suas variantes.

Nessa incerteza, fui conduzindo o mestrado, também remotamente, mas atormentado em relação a como realizar as análises de campo, os diálogos com os interlocutores por não poder realizar entrevistas presenciais. Mesmo assim, a contragosto, recorri às redes sociais e consegui contato com alunos de três escolas onde os grupos de oração esperavam o retorno presencial para reiniciarem seus trabalhos.

Findou o primeiro semestre de 2021, e após um ano e meio sem convivialidade entre alunos e professores, em agosto veio o retorno das aulas de forma intercalar, com máscara obrigatória, mas a preocupação com o contágio passou a ser relativizado, devido ao avanço nas vacinas. O que favorecia a muitos alunos não usarem a máscara nos corredores durante os intervalos.

E a pesquisa do mestrado Eri? Como você vem desenvolvendo? Essa indagação não decorria somente por parte dos colegas de trabalho, mas desse observador/pesquisador que percebendo a dificuldade em adentrar nas escolas, teve dúvidas entre os interesses que se confundiam. Nesse momento foi hora de debruçar-se em leituras e em revisões bibliográficas, desafiando os entraves do espaço no qual poderia ter os contatos mais relevantes para este trabalho. Ocorreu nesse observador uma angustia com a ideia do campo físico. Perceber os diferenciais entre o que é público ou privado, daí é possível verificar a distinção entre situações comuns ou estranhamento a qualquer episódio, e mesmo procurar, por intermédio das narrativas até onde se poderia considerar verdadeiro ou dissimulação nas entrevistas (Santos, 2021).

Assim, pelas indagações citadas, e ainda por outras, esta pesquisa resistia ao trabalho de campo dentro do formato *on line*, que por meio deste seriam feitos os questionários sem conhecer, de forma direta, os interlocutores, e nem se veria o vai e vem dos alunos nos corredores e a sua presença nas salas de aula, e nem os momentos de discordância, ou as percepções que poderiam ser feitas na sala dos professores, e o exercício do olhar *flanuer*, ou seja, estranham o familiar, conforme admoesta João do Rio (2008).

E saindo dessas ranhuras, uma nova estratégia desafiava a pesquisa, devido a isso, novamente, recorri às redes sociais à procura por grupos de oração em escolas públicas, pois se o acesso virtual com escolas privadas não apontava aceite, presencial seria mais complexo, como já explicitado anteriormente. E, no Escola Estado do Pará – EP, onde trabalho, o fato de

o grupo não dar sinal de vida, uma outra unidade era urgente. Mas por ter receio de narrar os entremeios com meus colegas de trabalho, um convívio de quinze anos, decidi procurar outro local para realizar o trabalho dissertativo. Talvez possa sido uma falha estratégica pois não há liberação de sala de aula no mestrado profissional em Sociologia.

Por intermédio de um dos interlocutores fiquei sabendo que na Escola de Ensino Médio Deputado Manoel Rodrigues – EEM Manoel Rodrigues, mais conhecida por *Deputado*<sup>2</sup>, inserida na região da “Grande Praia do Futuro”, precisamente, no bairro Vicente Pinzon, havia um grupo de oração que estava parado, mas retornaria em 2022. Vale ressaltar que tal escola está em uma das áreas das políticas públicas estadual denominada Ceará Pacífico<sup>3</sup>.

Na espreita dessas nuances, Lima Filho (2023) e Regina Novaes (2021) compartilham a necessidade de valorizar essas indagações juvenis, geralmente silenciadas pelas gestões escolares ou envoltas aos conteúdos propedêuticos voltados ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, um dos exames externos que certificam e destacam o aluno.

Em contrapartida, outras situações vão ocorrendo dentro da escola, mas devido ao ativismo por resultados ou premiações, expressões para fortalecer os vínculos a serem tratados nesta pesquisa são mal conduzidas. Inclusive, o pós-pandemia impulsionou uma série de demandas sócio emocionais nos alunos advindas do longo período sem interação com os colegas e professores.

Esses vários contextos levaram o escrevinhar desse texto compreender como decorriam as interações professor/aluno nas aulas de Sociologia em face de um grupo de oração evangélico que todas as 3<sup>a</sup> feiras, durante o intervalo da manhã funcionava dentro de uma escola pública de ensino médio, em Fortaleza. Mas outras nuances anteciparam o enredo, pois a discussão sobre o fenômeno religioso no ambiente escolar e a busca por espiritualidade, as transformações e a mudança de vida, conforme era percebido, tinham força semântica e modelagem moral em relação aos alunos.

E nessa temporalidade, o interesse em perscrutar como tais frentes religiosas, materializadas em grupos de oração no ambiente escolar, atuavam, produziam subjetividades,

---

<sup>2</sup> A Escola de Ensino Médio – EEM Deputado Manoel Rodrigues, foi fundada em

<sup>3</sup> Implementado na época pela vice-governadora Izolda Cela, a proposta procura elencar áreas com fortes indicadores de violência e vulnerabilidade elaborando políticas de inclusão. Por contrapartida, a escola estar na área circunscrita. No decorrer do texto, tentarei expor ações da ação, o qual faz parte do Projeto Prevenção de Violência – PREVIO. Em fevereiro/2022, o novo prédio da escola, o qual desde setembro/2015 era anunciada uma reforma, com os adentros com construtoras e a COVID 19, foi entregue e ocupado de forma total por alunos e professores a partir de fevereiro/2022. Há ruídos que a obra é um desdobramento do Ceará Pacífico, o que, (Sic.) demanda da gestão, professores e alunos há mais de dez anos.

configurando o contexto desenhado, atentando a compreensão de como se materializavam essas ações no grupo de oração, e nos demais espaços da escola onde o conceito de ação social de valores e afetos (Weber, 2024) se materializa, e ainda se difundem e se reproduzem foram dando sentido ao passo que os olhares se ampliaram além do grupo de oração, pois ele não dava mais conta de outras questões presentes conforme as narrativas registradas com os interlocutores.

Voltando um pouco no tempo, as experiências socializadoras nos grupos de oração e a incorporação dessas confluências ou conflitos entre professores e alunos em relação à *pauta moral de costumes*, principalmente com a proximidade do período eleitoral em 2018, surgiu a indagação sobre como seria em 2022, pois a tentativa de desqualificar a produção científica no Governo Jair Bolsonaro (2019/2022) cada vez fortalecia os embates sobre “Escola sem Partido”, “ideologia de gênero”, e questões sobre não caber à escola educar os jovens, mas apenas ministrar conteúdos, pois o papel de educar é função da família. Um viés confuso e apartado do conceito de educação, já que a escola colabora nas várias ações de formação cidadã.

Procurando um recorte conceitual, o trabalho foi percebendo que as ditas ações morais de afeto e religiosa, em especial, as estratégias de logística para o evento ocorrer. Uma peculiaridade eram a proximidade que os líderes do grupo tinham com a gestão da escola, em especial, o Diretor, o local percebi inúmeras estratégias na gestão, pois ocorriam divergências entre alguns professores em relação ao G.O, mas a gestão compreendia enquanto demanda dos alunos, mas sempre associava a necessidade de não tirarem o foco das notas.

O adentrar à escola proporcionou a esse observador de forma intensiva as reuniões do G.O, se aproximar dos participantes e indagar o que colaborava participar. Lembrando que muitos alunos já frequentavam denominações evangélicas e enxergavam na “célula” um momento para estar entre seus “irmãos de fé”.

Outro alargar no olhar foi enxergar alunos que se reconheciam católicos que se consideravam católicos praticantes e membros da Comunidade Católica Shalom – *CCSh*, inclusive há um centro de evangelização há poucas quadras do Deputado, mas iam ao C.O por afirmarem que ali se sentiam bem, mas tentavam criar um grupo deles na escola, mas ainda não tinham ideia como seria.

Conforme a narrativa dos líderes do G.O, a proposta era evangelizar aos jovens, falar sobre o amor de Jesus e “alcançar” esses jovens para uma vida feliz com Jesus. Não havia qualquer impedimento para frequentar a célula, inclusive, antes do intervalo, alguns alunos passavam em sala convidando os interessados, mas o uso das redes sociais, em especial, o Instagram, era o melhor canal de divulgação das atividades.

Um outro local mais do que estratégico a feitura dos parágrafos foi a sala dos professores pois obtive inúmeras contribuições no sentido de aperfeiçoar o interesse metodológico e apontando que a célula, conforme outros professores, o “cartão posta” da escola, mesmo com uma frequência em média de oitenta alunos pela manhã e setenta alunos a tarde.

Uma observação interessante ao não estranhamento a esse observador na escola foi o fato de conhecer outros professores que ali lecionam e também ser um professor que estar em sala de aula e quer compreender uma dinâmica da escola. Quando fui apresentado pelo prof<sup>o</sup> Paulo Tibúrcio, o qual leciona Sociologia na escola e seria meu “supervisor” na caminhada, uma boa sintonia foi elencada, algo como “ele foi com a minha cara”.

Nos aspectos metodológico, limitar a estratégia na aplicação de questionários para análise foi sugestão inicial no decorrer das aulas de uma das disciplinas do mestrado devido o campo ter iniciado em meados da pandemia. Doravante, em busca de acuidade e verificar interlocuções privilegiados, a exemplo, alunos a frente do G.O, professores apontados pelos alunos enquanto “atenciosos”, alunos indicados por professores “interessados” e funcionários mais envolvidos no cotidiano da escola, a resistência e esperar março/2022 para enfim estar ouvindo as vozes dos alunos e professores foi uma acuidade essencial.

A propositura artesanal da pesquisa traz no capítulo 1 o recorte inicial proposto a seleção ao mestrado em ensino de Sociologia - ProfSocio 2021, tendo em vista o período pandêmico e como seria desenvolvido dissertativo. Inicialmente, a intenção era verificar as ações do grupo de oração evangélico que ocorria na EEMTI Estado do Pará, localizada no bairro Aerolândia, em Fortaleza e suas intercessões nos entremeios com alunos e professores. Observados enquanto bons alunos e disciplinados, os participantes dos grupos tinha aceite da maioria dos professores e, em especial da gestão escolar.

Valendo destaque que a referida escola, a qual há dezesseis anos leciono Sociologia, Geografia, Núcleo de Pesquisas e Práticas Sociais, Projeto de Vida e Formação Cidadã nas três series do ensino médio, uma parte considerável dos vinte e oito professores demonstram e tem intervenção mais conservadora atribuindo valores religiosos serem fundamentais a formação do estudante. Infelizmente, a elaboração do tecido textual a ser realizado na escola foi prejudicada com a situação pandêmica bem evidente em 2021, buscar outro “lugar” onde essas questões pudessem ser evocadas, além de angustiar esse observador foi outro desafio posto.

Nesse vácuo de incertezas, em fevereiro/2022, por intermédio de contatos virtuais com outros interlocutores, saber da existência de um grupo de oração, em uma escola pública de ensino médio, no bairro Vicente Pinzon, em março do corrente ano voltaria presencial, além de

animar esse observador, apontaria a tentativa de perceber partes da intenção metodológica proposta na intenção do texto apresentado na seleção ao ProfSocio.

Sendo assim, ir à Escola de Ensino Médio Deputado Manoel Rodrigues, popularmente conhecido por *Deputado* foi a materialidade a uma pesquisa presencial, intensa onde eu poderia escutar e traz ao leitor, inúmeras tessituras, necessárias de registro etnográfico sobre o cotidiano escolar. Uma das questões a fortalecer a escolha ou depois eu perceber ter sido escolhido pelo Deputado tem estreita relação com o processo que eles enfrentaram entre os anos de 2015 até 2021 esperando um novo prédio ou escola modelo MEC e, em 2022, a materialidade dessa ação fortaleceu uma sensação de pertencimento dos alunos e professores.

Acredito que essas observações, via um périplo de tantas ações que presenciei são válidas de registros pois, em sua maioria, alguns pesquisadores ou agentes públicos somente enxergam mal-estar, precariedade ou fortalecem certas matérias jornalísticas, hoje cada vez expostas nas redes sociais culpabilizando professores e gestões ao que denominam ser fracasso escolar ou má educação pública.

A escolha do *Deputado* ao trabalho dissertativo também vem de uma alusão ao programa Ceará Pacífico.

O segundo capítulo trata do interesse inicial do observador ao verificar um grupo religioso que funcionava dentro de uma escola pública, em Fortaleza, o qual tinha por interesse fortalecer vínculos religiosos entre os alunos e uma estratégia de evangelização entre os alunos no ensino médio.

Conforme uma das reuniões que assisti claramente apontavam que a juventude parece não se interessar pelas coisas espirituais e muitos falam que são agnósticos ou não acreditam em nada. Ancorados nesse discurso, às 4<sup>ª</sup> feiras, no intervalo da manhã se reuniam em uma das salas da Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Estado do Pará, no bairro Alto da Balança, mas conhecido por Aerolândia.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Abordagem do Ensino Religioso nas Escolas Públicas no Sistema Nacional de Educação Brasileiro: Uma Contextualização Histórico-Política e da Legislação

Antes de tratar sobre a prática do Ensino Religioso nos dias atuais, é necessário inicialmente elucidar que no Brasil perdurou por séculos, desde o começo da colonização portuguesa, um regime que uniu Estado e Igreja Católica. Somente após a Proclamação da República, em 1889, a Constituição de 1891 declarou a separação entre Igreja e Estado. A Carta Magna retirou da Igreja Católica suas prerrogativas na educação. A ideologia da Igreja Católica norteava a educação brasileira, mas não somente ela, visto que também existia um forte domínio das elites. O índice de analfabetismo entre pessoas maiores de quinze anos era alto e poucos tinham acesso aos níveis posteriores e ao ensino primário, que sempre favorecia as classes ricas da época (Bucholz; Derisso, 2020).

Os autores Bucholz e Derisso (2020) trazem, em uma contextualização histórica, que a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932 foi emblemática nesse contexto, que tinham a pretensão de superar as fragrantíssimas desigualdades de acesso e de criar um sistema nacional de educação. De um lado havia os renovadores-pioneiros das reformas educacionais promovidas nos estados - com a nova constituição que estava em elaboração - e do outro os embates entre católicos e liberais (laicos).

Ainda que tenha sido inevitável o sistema educacional brasileiro abrir portas para tratar a religiosidade nas escolas, faz-se necessário um olhar crítico sobre essa construção frente a pluralidade de religiosa do Brasil e os diversos conflitos que surgem dessa relação, que passa as fronteiras religiosas e tem na sua base um caráter de interesses políticos, especialmente de religiões com forte vínculo histórico com a política como meio de controle social.

Por isso, aqui e em outros momentos traremos o olhar de Cunha (2013, p. 938-939), que possui um caráter crítico a respeito da laicidade e a prática do Ensino Religioso no país, portanto, destaca-se o seguinte comentário sobre esta construção:

E os valores? Têm razão os que chamam a atenção para a existência de um vazio ético no ensino público. Mas, ao contrário do que se pretende, a religião não é conteúdo adequado a preenchê-lo. A ética laica é o que faz falta, como, aliás, apontam, implicitamente, os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, de 1997, e a Resolução CNE/CP n. 1/2012 do Conselho Nacional de Educação, sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Num texto tão oportuno quanto correto, o Conselho Pleno daquele órgão colegiado elencou os sete princípios fundamentais da Educação em Direitos Humanos, não só

em termos laicos, como, também, explicitando a laicidade do Estado como um deles. Os outros seis são os seguintes: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. A não ser o primeiro, nenhum desses princípios pode ser creditado a religião alguma.

[...]

A criação do Sistema Nacional de Educação tem sido justificada por diversos elementos, entre os quais não aparece a laicidade da educação pública. No meu entender, tal omissão expressa a insuficiente compreensão do Estado republicano e de suas políticas, em especial as políticas educacionais. Esse conveniente (conivente?) silêncio propicia a situação atual do Ensino Religioso nas escolas públicas, marcada pela anomia jurídica e pela folia pedagógica. Ambas prosperam na fragmentação do aparato educacional brasileiro em múltiplos sistemas, o que abre caminho para a luta pela hegemonia religiosa no campo educacional, privando a escola pública de um elemento essencial da prática republicana – a liberdade de pensamento e de crença, decorrente da laicidade.

[...]

Na perspectiva aqui traçada, a constituição do Sistema Nacional de Educação poderá ensejar a retomada dessa questão crucial, na linha da autonomização do campo educacional defendida (sem este nome) em pronunciamentos marcantes dos educadores brasileiros, a exemplo do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (IV CNE, 1932) e da Carta de Goiânia (IV CBE, 1986) – ambos reivindicaram a laicidade na escola pública. Para que tudo isso ocorra, é preciso superar o tradicional oportunismo de adular os cleros e a habitual covardia diante de sua já conhecida chantagem: “querem tirar Deus da escola pública!”.

A visão de Cunha corrobora com a visão de Bucholz e Derisso (2020) que, dando seguimento ao traçado histórico do sistema educacional brasileiro, afirmam que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criada em 1961, pela Lei nº 4024/61, foi formada por dois grupos dominantes à época: àqueles que se opunham ao protagonismo do Estado na educação (constituído, em especial, por católicos) e os proprietários de escolas.

Havia, nesse cenário, uma reivindicação católica de subsídios do Estado para as escolas confessionais (sustentada pelo Código de Direito Canônico de 1917 e na Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI, de 31 de dezembro de 1929) que concebia como direito e dever da Igreja a educação dos fiéis, condenava o socialismo e a coeducação, entre outras práticas, e apelava aos pais que optassem por uma educação de bases católicas aos seus filhos (Bucholz; Derisso, 2020).

Por fim, para compreender a conexão feita pela lei entre Igreja, Estado e a iniciativa privada, cabe destacar, ainda, os seguintes trechos dos autores:

Neste cenário de pouca racionalidade e muita emoção, no qual os interesses empresariais apoiam-se nos argumentos ideológicos dos católicos, a Lei nº 4024/61 estabelece sobre o Ensino Religioso:

Art. 97. O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º A formação de classe para o Ensino Religioso depende de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de Ensino Religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva (Brasil, 1961).

Porém, as vitórias do setor empresarial e da Igreja foram muito além, pois em nome da proclamação “liberdade de ensino”, a Lei abriu brecha para que verbas públicas fossem destinadas às escolas particulares:

Artigo 3º - O direito à educação é assegurado:

I - pela obrigação do poder público e pela liberdade da iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei em vigor.

II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos (Bucholz; Derisso, 2020, p. 673).

Com a Constituição de 1988 surge o princípio da neutralidade política do Estado no campo religioso, vetando a discriminação, favoritismo e interferência no âmbito das religiões, a fim de garantir igualdade de tratamento dado aos cidadãos pelo Estado para não haver privilégios a nenhuma religião em particular. Este princípio que deve sustentar que o Ensino Religioso nas escolas públicas aconteça sem proselitismo (Silveira, 2015).

A escola faz sua parte oportunizando o ER a todos, porém não deve ser tutora de religiões. Não é sua função. O Estado não deve ser um 'tutor', limitando a liberdade dos indivíduos para lhes impor concepções de vida boa, como se fosse seu papel protegê-los de suas próprias escolhas e decisões. Não cabe à escola ficar procurando representante de religião e sim oferecer condições iguais a todos os credos e alunos democraticamente (Silveira, 2015, p. 7).

A presença da temática na Constituição abriu possibilidades para que essa disciplina também fosse considerada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) criada pela lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A lei diz que o Ensino Religioso “deve ter um caráter ecumênico, matrícula facultativa e deve ser fundamentado no respeito à liberdade religiosa, merecendo tratamento igualitário no processo global de ensino-aprendizagem” (Melo, 2023; Brasil, 1996).

Posteriormente, o Ensino Religioso nas escolas brasileiras passa a ser regulamentado pelo art. 33 da lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997 (Brasil, 1997), que atualiza a LDB na Lei nº 9394/ 96, na seguinte redação:

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso.

A nova redação da LDB coloca a disciplina sendo integrante do currículo das escolas de ensino fundamental e no mesmo patamar das demais disciplinas. No entanto, ela não regulamenta fatores relevantes a respeito dos conteúdos que a serem ministrados, nem mesmo estabelece uma normatização que promova a habilitação adequada e específica dos educadores (Melo, 2023).

## 2.2 O multiculturalismo e as disputas religiosas dentro do contexto escolar

Embora o Brasil seja considerado um Estado laico, que segundo Cunha (2013, p. 927), na teoria “respeita todas as crenças, religiosas e antirreligiosas, desde que não atentem contra a ordem pública. Ele não apoia nem dificulta a difusão das ideias religiosas nem das ideias que consideram a religião fruto da alienação individual e/ou social”, a aplicação prática, didática, metodológica e social da disciplina enfrenta gargalos de diferentes dimensões.

Este autor aponta um conflito histórico da relação política e igreja que reflete nos dias atuais quando se trata do tema Ensino Religioso nas escolas. Ainda que para a LDB esta disciplina seja facultativa e, baseada a laicidade do país, deva considerar o multiculturalismo religioso, existe uma problemática na construção desta estrutura na realidade social e cultural do dia a dia:

Justamente o contrário disso acontece nos sistemas públicos de ensino, onde prevalece o proselitismo religioso, confessional ou interconfessional. E o agravante é que esse proselitismo é dirigido às crianças e aos adolescentes. Com efeito, eles são mais suscetíveis à pressão social e psicológica proveniente das autoridades escolares e mesmo de seus colegas, de modo que preferem acompanhar a prática do que entendem ser “normal” para evitar o estigma. A previsão constitucional e legal de que o Ensino Religioso seja facultativo não muda essa situação, pois acarreta um grande sacrifício aos pais e aos próprios alunos que se dispõem a se valer desse direito (Cunha, 2013, p. 934-935).

O Ensino Religioso lida com assuntos que trabalham o lado subjetivo das pessoas. Se relacionar com o subjetivo é complexo, não é possível fazer isto apenas com teorias e aulas

expositivas. Deve-se mergulhar no mundo, no olhar do outro, para que se possa surgir daí reflexões. Esse passo, por sua vez, gera o respeito e a valorização do próximo, assim se quebram barreiras e preconceitos (Almeida, 2019).

A autora Cavaliere (2007) relata em seu estudo, que avaliou algumas escolas no Rio de Janeiro depois que uma política em 2000 instituiu a obrigatoriedade desta disciplina na rede pública, um ponto de vista interessante que esclarece que a laicidade, definida por alguns professores como neutralidade, não necessariamente se aplica a uma abordagem geral de todas as religiões na prática e pode, até mesmo, ser tendenciosa e influenciada pela religião pessoal dos professores:

O sentido moralizador da religião é aludido pelos professores que, no entanto, sempre fazem questão de declarar sua neutralidade quanto aos diferentes credos, isto é, fazem questão de afirmar que todos eles poderiam igualmente cumprir esse papel. Será visto adiante como as religiões afro-brasileiras, no entanto, ficaram fora desse raciocínio que comportava apenas as religiões cristãs (p. 313-314).

[...]

(...) os depoimentos e observações também mostraram que, mesmo afirmando e defendendo o caráter interconfessional de seu trabalho, os dogmas elementares do credo de cada professor tendem a predominar, mesmo que de forma não intencional ou explícita, encobertos pelo sentido de valores universais ou ecumênicos (p. 319).

[...]

Percebe-se, nas escolas visitadas, um consenso implícito que faz com que, quando se fala em religião, todos remetam exclusivamente às religiões cristãs. O silêncio sobre as religiões afro-brasileiras foi poucas vezes quebrado e sempre pela iniciativa dos pesquisadores. Essas tentativas de quebra de silêncio desencadeavam depoimentos em tom baixo de voz, olhares para os lados, atitudes de constrangimento. Dos 96 profissionais ouvidos, apenas uma professora, de Língua Portuguesa, adepta do candomblé, se referiu espontaneamente, e positivamente, a essa religião (p. 325).

Melo (2023) afirma que para compreender as disputas tanto no campo político quanto no Ensino Religioso e formação de professores, no que diz respeito à atuação de setores da Igreja Católica e dos múltiplos segmentos religiosos que têm os protestantes como maioria, é preciso olhar para seus reflexos no campo educacional e mesmo moral. Os avanços das últimas décadas são perceptíveis, mas registra-se os recuos com o avanço de uma onda conservadora.

Cabe, por fim, trazer a visão de Toledo e Amaral (2004), que discorrem que no Ensino Religioso como disciplina escolar o grupo que segue detendo maior poder é a Igreja Católica. Entretanto, há transformações sociais que alguns autores denominam como “globalização da religião”, modificando todos os cenários da vida social, e isso se evidencia como uma luta dentro desse campo para a manutenção da hegemonia religiosa.

### 2.3 Dos desafios às oportunidades: uma perspectiva sobre a prática do Ensino Religioso na realidade escolar

Ainda que seja ambíguo afirmar se o Ensino Religioso é positivo ou negativo na prática, estudos como Cavaliere (2007) apontam que muitos professores passaram a ver as aulas de religião como uma ferramenta que fortaleceu o controle social e a preservação da autoridade frente à dificuldade dos professores em lidar com estudantes que caracteriza como: “desinteressados, rebeldes ou transgressores”.

Autores como Almeida (2019) veem esta disciplina como um espaço que pode abandonar o passado colonizador e se tornar um meio para se transmitir valores éticos e morais transformadores e emancipatórios, contribuindo para formação mais cidadã. Ainda que enfrente grandes desafios éticos como a falta - ou necessidade - de melhor capacitação dos educadores dessa disciplina diante do potencial que pode oferecer para formação de uma sociedade com valores humanizadores.

Para Amado (2021) a condição sociocultural dos estudantes requer uma análise perspicaz e cuidadosa para explicar o fenômeno da violência e o fenômeno religioso. Para a autora, o sistema educacional deve construir a escola a partir da realidade sociocultural local. Portanto, não pode existir de forma isolada da comunidade para que, de fato, possa ser considerada como um bem comunitário. Na perspectiva das múltiplas faces da cultura, e dentre elas está a religião, destaca-se sua visão sobre a relação ensino e cultura:

Com esta inserção e integração, as escolas públicas, em especial as municipais, tornam-se efetiva prática social, sem restringir-se a ser puramente livrescas, enciclopédicas, sem compromisso com a realidade local e com o mundo em que estão. Os alunos que constituem essas escolas necessitam de uma metodologia, pedagogia e filosofia voltadas para sua realidade, e que esteja dentro de um projeto pedagógico de inclusão. Qualquer ser humano, em exercício a sua cidadania, tem o direito de uma educação que o forme integralmente. E a história tem nos mostrado que, toda pessoa humana desenvolve sua sociabilidade pela mediação da educação. Isso requer, portanto, que o projeto educativo tenha profunda sintonia sociocultural (Amado, 2001, p. 34).

Nesse sentido, Melo (2023) traz que a nova redação dada pelo art. 33 da LDB, Lei nº 9475/97, normatiza os procedimentos que definem os conteúdos do ensino religioso e estabelece normas de habilitação dos professores. Para isso, foram construídos os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER) a fim de gerar a compreensão dos diferentes significados dos símbolos religiosos na vida e convivência das pessoas e grupos. A PCNER estabelece eixos das seguintes abordagens: culturas e tradições religiosas; escrituras sagradas

e/ ou tradições orais; teologias, ritos e ethos. Essa seria uma forma de transformar a disciplina em uma perspectiva multicultural, demonstrando-a como um fenômeno religioso e parte integrante da cultura de diversos povos.

Em face da multidisciplinariedade e desafios práticos de aplicar o Ensino Religioso, mediando os conflitos culturais e diversos que surgem no âmbito escolar, Cunha (2013) aponta um olhar sobre a realidade que os professores desta disciplina passam a ocupar na escola, que muitas vezes tomam o lugar de auxiliar da direção da escola, em orientação educacional, projetos coletivos e atividades culturais. Por vezes passam a atuar na definição e execução da proposta pedagógica, permeando áreas da vida escolar relativas à formação geral e não, necessariamente religiosa.

#### 2.4 Metodologias de aplicação prática do Ensino Religioso

Silveira (2015) apresenta os modelos de Ensino Religioso que praticados nas escolas: pluriconfessional e Interconfessional. Estas modalidades apresentam visões que, aplicadas à realidade cotidiana de sala de aula e considerando as diversas nuances, que criam uma linha tênue entre atender a política e respeitar a pluralidade sem ferir direitos ou causar danos morais, necessitam de uma análise mais profunda para chegar ao consenso de um modelo ideal de Ensino Religioso.

Transcreve-se, na íntegra, as definições dadas pelo autor:

Na modalidade **pluriconfessional**, os alunos são distribuídos em salas de aula distintas, a fim de que recebam Ensino Religioso compatível com a crença que professam (p.ex.: Sala 1 – Católicos; Sala 2 – Evangélicos; Sala 3 – Espíritas etc.) Essa modalidade seria a ideal para respeitar a laicidade nas escolas públicas e o que manda o constante na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) [2] em seu Artigo 122 - Liberdade de consciência e de religião, diz que: 4. Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

[...]

No **Ensino Religioso Interconfessional** supracitado, são trabalhados os princípios e ensinamentos comuns de correntes religiosas próximas entre si. Essa modalidade nos parece viável, ponderando laicidade e ônus público, se houver a efetiva participação, diálogo, colaboração da comunidade e a descentralização do ER para a própria escola e sua clientela.

[...]

(...) o **Ensino Religioso (uni) Confessional** é aquele que visa oferecer aos alunos o ensino religioso em conformidade com certa corrente religiosa (p.ex.: ou Católica; ou Adventista; ou Batista; ou Espírita; etc.). Seria viável na escola pública em duas situações: se e somente se todos os alunos fossem de um mesmo credo o que na realidade

é muito difícil ou se houvesse concordância de todos os pais ou responsáveis para que fosse ministrado unicamente esse modelo de ensino religioso. Seriam essas as únicas formas de não ferir a laicidade estatal. É, na prática, viável economicamente por haver apenas um professor, porém feriria a laicidade caso não aprovada pelos pais ou responsáveis dos alunos (Silveira, 2015, p. 5-6, grifo nosso).

Para Melo (2023) o ensino religioso, essa nova redação da LDB foi um marco, pois favoreceu o trabalho pedagógico para organização da disciplina e as metodologias necessárias, a fim de promover o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso como fator socio-cultural. No entanto, para a autora há diversos equívocos na história, apesar de existir previsão em lei registra-se, atualmente, muitos problemas com relação à disciplina, especialmente nos estados onde se adota o ensino confessional, interconfessional ou das religiões como prática, que podem resultar em constrangimentos e violações.

A visão de Almeida (2019, p. 9) é valorosa se destacar, pois traz uma perspectiva metodológica que considera a disciplina como um motor para promover valores humanos, e não necessariamente puramente religiosos, mas sim integrando uma natureza cidadã, comunitária e plural:

Ensinar o prazer de fazer o bem, de ajudar ao próximo, exercer a cidadania e respeito ainda que “perca alguma coisa”, mas que ao fazê-lo ainda assim se sinta em paz. Essa experiência de aprendizado precisa dar-se comunitariamente, sendo o ambiente escolar muito propício para essa experiência, pois além de congregar diferentes grupos sociais, promove encontros regulares, permite a convivência, exercícios de interação, facilitadores da interação, entre outros.

Com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER), segundo Toledo e Amaral (2004), o Ensino Religioso passou a ser tratado como fenômeno religioso e com uma releitura no sentido epistemológico. Portanto, deve ser tratado epistemologicamente. Como substrato para a sua prática estão as ciências da religião: filosofia, história, sociologia e antropologia da religião.

Os autores trazem a ideia da escola como um espaço de construção de conhecimentos produzidos historicamente e a proposta para o Ensino Religioso ser com um caráter de conhecimento religioso, que deve estar disponível na escola para quem quiser ter acesso a ela. Nessa perspectiva a disciplina seria admitida como área de conhecimento para estar ao lado de outros saberes que compõem o currículo escolar. Seria instituída como disciplina do sistema educacional como objeto de estudo específico do fenômeno religioso; com conteúdo próprio - conhecimento religioso; e com tratamento didático - didática do fenômeno religioso. Assim como uma metodologia e sistema de avaliação próprios para a proposta (Toledo; Amaral, 2004).

Do ponto de vista didático, se traz aqui o documento elaborado pela UNESCO, em Junqueira (2016), que organiza materiais didáticos e metodologias para o componente curricular Ensino Religioso para implementar o art. 33. Ele define que o ambiente escolar deve refletir sobre a Religiosidade, que abrange a dimensão humana e as manifestações das diferentes vertentes ou tradições religiosas, além de considerar os seguintes aspectos:

- os valores de cada família dos estudantes, com suas diferentes visões de mundo, práticas de convivência, e propriamente crenças, não necessariamente religiosas;
- a diversidade sócio-cultural da sociedade local, seus avanços e limites, suas contribuições e limitações;
- as regras que regem cada sistema escolar, com as escolhas necessárias (econômicas, pedagógicas, filosóficas, etc.), que estruturam as relações entre os pares que a compõe (governos, secretarias/sistemas, escolas, profissionais da Educação, estudantes, famílias)
- a personalidade do corpo discente, traduzida nas histórias pessoais, gostos, escolhas, conhecimentos, emoções, que influencia e é influenciada pelos tópicos apresentados anteriormente (Junqueira, 2016, p. 9).

Este estudo reuniu o resultado de diversos levantamentos feitos em cada região do Brasil pelos órgãos públicos. Aqui, vamos destacar as produções identificadas na região Nordeste, considerando sua relevância tendo em vista o contexto específico da presente pesquisa. Os materiais didáticos estão organizados no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 - Materiais didáticos produzidos para Ensino Religioso na Região Nordeste

<b>Materiais didáticos produzidos para Ensino Religioso na Região Nordeste</b>	
<b>Referência</b>	<b>Descrição</b>
PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. Caderno do 1º Ciclo – Ensino Fundamental. São Luís: Secretaria Municipal de Educação, 2009.	Tomando-se como referência os propósitos da escola nos ciclos iniciais e as orientações pedagógicas contidas neste documento, ele visa identificar traços comunitários que nos unem aos outros e que nos diferenciam positivamente, assim como valorizar os povos comunitários em sua vida e seu legado para a sociedade em que vivemos, ou ainda identificar a variedade de atividades religiosas de que participam os colegas de classe, familiares e amigos, para respeitar o itinerário e expressões das diferentes tradições religiosas.

<b>Materiais didáticos produzidos para Ensino Religioso na Região Nordeste</b>	
<b>Referência</b>	<b>Descrição</b>
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS DESPORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE. Comissão do Ensino Religioso. Caderno SECD - 1. Natal: Secretaria de Estado de Educação, 2002.	O caderno foi elaborado pelos profissionais que atuavam no Ensino Fundamental na área do Ensino Religioso em consonância com paradigma da educação brasileira. A proposta foi apresentada resultado da construção coletiva dos professores deste componente curricular nos cursos de formação continuada, promovidos pela Secretaria de Educação, da Cultura e dos Desportos do Rio Grande do Norte sob a coordenação da comissão do Ensino Religioso da Secretaria. Com objetivo de favorecer a compreensão dos diferentes significados dos símbolos religiosos na vida e convivência das pessoas e grupos, compreendendo pela simbologia se expressa a ideia [sic] do Transcendente, de maneiras diversas, nas experiências culturais, reverenciando as diferenças do outro.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NATAL. Referenciais Curriculares para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos – Ensino Religioso. Natal: Secretaria Municipal de Educação, 2008.	A Secretaria Municipal de Educação de Natal por meio da Comissão de Currículo produziu os Referenciais Curriculares para o Ensino Religioso destinado ao Ensino Fundamental e ao EJA, tal proposta constitui como norteador da ação pedagógica. Sendo que objetivo do Ensino Religioso visa proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõe o fenômeno religioso a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – Comissão de Ensino Religioso. Caderno Pedagógico de Ensino Religioso – Vol. 01 e 02. Natal: Secretaria Estadual de Educação, 2009.	Esta é a nova versão do Caderno visando adequar à nova proposta curricular e as atividades didático-metodológicas à nova estrutura organizacional do Ensino Fundamental em nove anos, sendo que o volume um é referente aos anos 45 iniciais e o volume dois aos anos finais. O material visa favorecer a compreensão dos diferentes significados dos símbolos religiosos na vida e convivência das pessoas e grupos compreendendo que, pela simbologia se expressa a ideia [sic] do Transcendente de maneira diversa nas experiências culturais reverenciando as diferenças do outro. Além disso, es-

<b>Materiais didáticos produzidos para Ensino Religioso na Região Nordeste</b>	
<b>Referência</b>	<b>Descrição</b>
	tes cadernos buscam orientar a programação da disciplina com sugestões de atividades para a sala de aula.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DE ALAGOAS. Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado de Alagoas. Maceió: Secretaria Estadual de Educação, 2014.	O Referencial Curricular traz as marcas da coletividade, pois foi construído democraticamente, com a participação de professores e técnicos pedagógicos das 15 Coordenadorias Regionais de Educação CRE e técnicos pedagógicos da sede administrativa da SEE/AL, coordenado pela Gerência de Organização do Currículo Escolar GEORC, setor ligado à Diretoria de Apoio Pedagógico das Escolas DIAPE e à Superintendência de Gestão da Rede Estadual. Compreende o Ensino Religioso como um componente curricular com metodologia própria e integrado aos demais componentes que deve estar incorporado no cotidiano interdisciplinar da sala de aula e deve valer-se de instrumentos de avaliação que possibilitem avaliar se os objetivos de ensino foram alcançados. Visando que o objeto de estudo do Ensino Religioso é o fenômeno religioso num processo transcendente, pós-metafísico e ético de compreensão dos fenômenos, situado entre filosofia e religião dentro da história humana. O desafio é compreender que este fenômeno é real e característico do ser humano, assim como as dimensões: social, psicológica e física.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO PERNAMBUCO. Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. Recife: Secretaria Estadual de Educação, 2015.	O documento foi elaborado com o objetivo de socializar, com docentes da rede pública estadual que lecionam o componente curricular Ensino Religioso, conteúdos básicos que possam contribuir na elaboração do plano de ensino articulado com Projeto Político-Pedagógico da escola. Pensar sobre a diversidade cultural e religiosa no espaço escolar remete à elaboração de um currículo para o Ensino Religioso que garanta, junto ao Projeto Político Pedagógico da escola, uma concepção de Ensino Religioso não proselitista e que contemple a diversidade (religiosa, agnóstica, atea) da população brasileira. O fenômeno religioso em questão é

<b>Materiais didáticos produzidos para Ensino Religioso na Região Nordeste</b>	
<b>Referência</b>	<b>Descrição</b>
	<p>investigado pelos diversos campos do conhecimento científico. As Ciências da Religião possibilitam na sua perspectiva transdisciplinar, um diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo a interlocução entre as diversas disciplinas que constroem o conhecimento científico: a psicologia, a antropologia, a história, a filosofia, a teologia, a biologia, a linguística, a física quântica, entre outras. Portanto, objetivo proposto para esta disciplina em Pernambuco é para analisar o fenômeno religioso numa perspectiva dialógica presente nas culturas, promovendo a compreensão e o respeito à diversidade cultural-religiosa, com base na formação histórico-cultural-social das tradições e/ou culturas religiosas.</p>
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. Área do conhecimento: educação religiosa – princípios, objeto e objetivos do Ensino Religioso. João Pessoa: Secretaria Estadual de Educação, 2004.</p>	<p>O Ensino Religioso Escolar tem como objeto de estudo: o fenômeno religioso. E por fenômeno religioso entende-se o processo de busca que o ser humano realiza na procura de transcendência, desde a experiência pessoal do transcendente até a experiência religiosa na partilha do grupo; desde a vivência em comunidade até a institucionalização pelas Tradições Religiosas. Como em qualquer área, o Ensino Religioso veicula um conhecimento específico e um objetivo a ser perseguido. E esse conhecimento, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, não é uma mera informação de conteúdos religiosos, um saber em si. É um conhecimento que, numa nova visão pedagógica, oportuniza o saber de si: o educando conhecerá ao longo do Ensino Fundamental, os elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, para que possa entender melhor a sua busca do transcendente.</p>
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. Educar em e para.... Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental – Ciências Humanas,</p>	<p>De acordo com a Secretaria o currículo deve atender, ou melhor, contemplar a diversidade existente no social, desta forma percebê-la como um espaço plural,</p>

<b>Materiais didáticos produzidos para Ensino Religioso na Região Nordeste</b>	
<b>Referência</b>	<b>Descrição</b>
Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural, Vol. 03 João Pessoa: Secretaria Estadual de Educação, 2010.	mas permeada por relações de poder e disputas, é necessário para que as práticas pedagógicas, e por isto políticas, exercitem constantemente a valorização da diversidade, aqui entendida muito mais do que um tema ou um conteúdo a ser incluída no currículo a diversidade cultural é um componente do humano. Ela é constituinte da nossa formação humana. Somos sujeitos sociais, temporais, espaciais e culturais e por estes motivos, diferentes. Pensar a diversidade a partir deste prisma é fundamental para construirmos uma sociedade onde todos tenham o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania assegurados na Constituição Federal. O fenômeno religioso na sua diversidade, como objeto de estudo do ER, deve ser o referencial para a seleção e a organização dos conteúdos, que serão trabalhados de forma contextualizada e inter-relacionada, buscando, assim, a superação da fragmentação dos conhecimentos e saberes. Nesse contexto, é importante destacar que o Ensino Religioso, como disciplina do sistema educacional, possui uma singularidade, qual seja: os fatos e as manifestações religiosas no âmbito público e privado; mas que não é e nem deve ser confundida ou comparada a uma prática catequética ou uma educação religiosa confessional.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental do Sistema Público Municipal de Ensino de Fortaleza – Vol 02. Fortaleza: Secretaria Estadual de Educação, 2011.	As Diretrizes Curriculares para o Ensino Religioso (ER) das escolas da Rede Municipal de Fortaleza foram elaboradas num processo participativo que envolveu os seguintes passos: a) consulta aos Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso; b) análise da Proposta Pedagógica para o ER, elaborada em 2007, por uma equipe da Secretaria de Educação e Assistência Social (SEDAS); c) revisão de literatura sobre a inserção e identidade do ER na realidade escolar pública brasileira; d) análise de diferentes livros didáticos do ER; e) elaboração de um documento preliminar com

<b>Materiais didáticos produzidos para Ensino Religioso na Região Nordeste</b>	
<b>Referência</b>	<b>Descrição</b>
	<p>representantes de técnicos em Educação das Secretarias Executivas Regionais (SER) do Município de Fortaleza; f) discussão do referido documento com 20 professores(as) voluntários(as), representantes das SER; e g) diálogo com o Conselho de Orientação do Ensino Religioso do Ceará (CONOERCE), em cumprimento à determinação do § 2º, do artigo 33, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nº 9.394/96, que prevê consulta ao órgão da sociedade civil. Estas diretrizes estão inseridas na perspectiva de uma educação intercultural crítica, que, tendo consciência de estar situada entre culturas e saberes diversos, remete ao diálogo e aponta para a possibilidade do enriquecimento mútuo. Foi elaborada na expectativa de que seja ponto de partida para consolidar o ER, como uma das disciplinas necessárias para a formação básica do cidadão. A socialização do conhecimento religioso pode promover o estabelecimento de relações de respeito ao outro em suas diferenças, valorizando a vida, vivida na plenitude e constituída na ideia da dignidade humana como valor universal e perene. Como objetivo propiciar a aprendizagem significativa dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, analisando as diferentes manifestações do Sagrado a partir da realidade sociocultural do educando.</p>
<p>SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Coordenação de Ensino e Aprendizagem. Orientações curriculares para o Ensino Religioso das escolas da rede estadual de ensino. Teresina: Secretaria Estadual de Educação e Cultura, 2011.</p>	<p>O Ensino Religioso é um elemento do currículo que está [sic] alicerçado nos princípios da cidadania, do entendimento do outro enquanto outro, da formação integral do educando. Pois, mesmo que muitas pessoas neguem ser religiosas, é um dado histórico que toda pessoa foi preparada para ser religiosa, do mesmo modo que foi preparada biologicamente para falar determinada língua, gostar disto ou daquilo, comer, existir-se de uma forma, pois o ser religioso é um dado antropológico, cultural. No substrato de cada cultura</p>

<b>Materiais didáticos produzidos para Ensino Religioso na Região Nordeste</b>	
<b>Referência</b>	<b>Descrição</b>
	sempre está presente o religioso. Este componente do currículo trata do conhecimento religioso. E, esse conhecimento, não é uma mera informação de conteúdos religiosos, um saber pelo saber. Não significa, portanto, ensino de informações sobre o fenômeno religioso como aparece em livros das outras disciplinas ou como se fazia tradicionalmente nas “aulas de religião”. Necessita ser um conhecimento em relação que, numa visão pedagógica progressista, oportuniza o saber de si: o educando conhecerá ao longo do primeiro grau os elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, para que possa entender melhor a sua busca do transcendente. Ele é parte sempre do convívio social dos educandos para que se respeite a tradição religiosa que já trazem de suas famílias e assim se salogue a liberdade de expressão religiosa de cada um.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARREIRAS – Departamento de componentes curriculares – Setor de Ensino Religioso. Proposta Curricular para Ensino Fundamental Níveis I e II. Barreiras Secretaria Municipal de Educação, 2005.	O Ensino Religioso busca valorizar o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, e facilita a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam subjacente o processo histórico da humanidade

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Junqueira (2016, p. 42-50).

Este documento lista outros materiais já produzidos que podem subsidiar o Ensino Religioso de forma prática e apoiar o trabalho de educadores. Em resumo, Junqueira (2016) frisa que nesse processo deve-se valorizar a riqueza cultural das relações humanas e das sociedades, pois independente das escolhas de crença ou não crença, este conhecimento se faz necessário para compreensão das dinâmicas de diferentes culturas e das diferenças entre os aspectos: sagrado, simbólico e suas manifestações.

O professor precisa de uma prática pedagógica que o auxilie e direcione no caminho do diálogo e do respeito. Nesse sentido, as dinâmicas de grupo possuem a característica de aproximar, instigar e ajudar na expressão dos sentimentos, na construção do

conhecimento e na motivação. A dinâmica de grupo é ferramenta importante para o conhecimento mútuo, um espaço onde a voz de todos poderá ser ouvida, um espaço que faz florescer o diálogo (Almeida, 2019, p. 14).

Dados exemplos de ferramentas didáticas, cabe deixar como reflexão metodológica a visão de Almeida (2019) para a atuação de educadores do Ensino Religioso. Saber quem é o aluno, sua história de vida, seus princípios e valores, são as ferramentas fundamentais para o desenvolver um ensino que motive os estudantes de forma adequada. Os educadores precisam saber mais que o conteúdo a ser ministrado, é preciso competência para atrelar o conhecimento teórico com a realidade dos educandos.

### 3 Metodologia

Bourdieu (1989) define *habitus* como disposições, estilos de vida, maneiras e gostos incorporados e campo como um espaço social que possui estrutura própria e, relativamente, autônoma em relação a outros espaços sociais, que tem uma lógica própria de funcionamento, estratificação e princípios que regulam as relações. Neste capítulo é apresentado o percurso metodológico que apoia os objetivos geral e específicos definidos, a fim de obter confiabilidade e coerência na avaliação das hipóteses. Considerando o que apontam diferentes autores sobre os conceitos pertinentes à metodologia de pesquisa, apresenta-se no Quadro 2 a síntese do percurso metodológico adotado no presente estudo.

Quadro 2 - Percurso metodológico adotado.

PERCURSO METODOLÓGICO	
Dimensão	Classificação do estudo
Natureza	Qualitativa
Finalidade	
Tipo/profundidade	
População e plano amostral	
Plano amostral	
Temporalidade	
Coleta de dados	
Estratégia quanto à origem dos dados: sujeito e unidade observacional, forma de coleta, tipos variáveis	
Estratégia quanto ao local de realização	
Delineamento	
Tabulação e análise	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Pinho (2011).

A natureza da pesquisa pode ser classificada em qualitativa ou quantitativa. Segundo Gil (2002) a pesquisa do tipo qualitativa seleciona os elementos a que tem acesso considerando que eles podem, de alguma forma, representar determinado universo. Complementando o conceito, Godoi e Balsini (2006) afirmam que a abordagem qualitativa numa pesquisa se refere a diversos meios de pesquisa que ajudam o pesquisador a entender e a explicar algum fenômeno social. Já a pesquisa quantitativa, segundo Creswell (2007), é determinada como um tipo de levantamento que tem como propósito a descrição quantitativa ou numérica de determinada ideia, crença, tendência, atitude ou opinião de um determinado grupo de pessoas. Sobre esse tipo de pesquisa, afirma Dias (2011) que ela pode ser dividida em etapas, sendo elas a definição do problema, a formulação do plano de pesquisa, o trabalho de campo e coleta de dados, a preparação de dados, a análise descritiva, a modelagem estatística e a tomada de decisão.

Ainda sobre as diferenças entre as pesquisas quantitativas e qualitativas, Appolinário (2006) apresenta os seguintes conceitos (Quadro 3):

Quadro 3 - Comparativo de Pesquisas.

<b>COMPARATIVO DE PESQUISAS</b>	
<b>Pesquisa quantitativa</b>	<b>Pesquisa qualitativa</b>
Coleta de variáveis predeterminadas	Nem sempre trabalham com o conceito de variáveis; quando o fazem, nem sempre elas são predeterminadas
Análise dos dados normalmente realizada por meio da estatística	Análise subjetiva dos dados
Alto índice de generalização	Possibilidade de generalização baixa ou nula
Comum principalmente nas ciências naturais	Comum principalmente nas ciências sociais
Principal desvantagem: perda da informação qualitativa	Principal desvantagem: alta dependência da subjetividade do pesquisador (viés)
O pesquisador assume um papel mais neutro em relação ao objeto de estudo	O pesquisador envolve-se subjetivamente tanto na observação como na análise do objeto de estudo

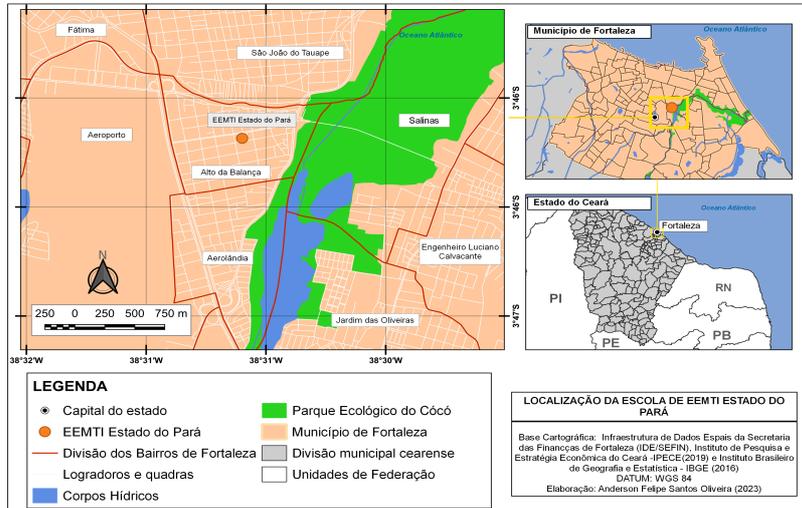
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Appolinário (2006).

#### 4 O INTERESSE PELO FENÔMENO RELIGIOSO NA ESCOLA 36

Em maio de 2019, um grupo de alunos, uma vez por semana, se reunia para fazer orações e cantar, durante o intervalo das aulas, na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Estado do Pará – EEMT Estado do Pará, no bairro Aerolândia, em Fortaleza, no estado do Ceará, onde desde 2008, leciono as disciplinas de Sociologia e de Geografia.

Fundada em três de março de 1948, a unidade escolar atende à demanda do *Grande Lagamar*<sup>4</sup>, um aglomerado de auto construções em volta de alguns bairros, como a Aerolândia, o São João do Tauape e o Alto da Balança. Residir nas proximidades e conviver com os problemas sociais que atingem o lugar (inundação no período chuvoso, indiferença com as questões ambientais por parte do poder público, violências que se dão de várias formas e a revenda/consumo de drogas, por exemplo) facilitou as buscas necessárias a se fazer durante a presente pesquisa (Figura 1).

Figura 1 - Localizando a EEMTI Estado do Pará, na região conhecida por Grande Lagamar (Tauape, Alto da Balança e Aerolândia) na metrópole cearense (Janeiro/2023)



Fonte: Mapa elaborado por Anderson Felipe Santos Oliveira. Janeiro/2023.

<sup>4</sup> Utilizo o termo Grande Lagamar conforme pesquisa de (Barra, 2015) por reconhecer e legitimar a territorialidade, lugar e identidade das pessoas que ali residem, mesmo percebendo que o bairro “Lagamar” ser uma ficção, pois é um enclave que faz parte dos bairros: Tauape, Aerolândia e Alto da Balança.

Na tentativa de inserir o leitor na cartografia territorial, descreve-se aqui, um pouco, sobre o EP e quais percursos essa pesquisa segue. Em 2017, com a incorporação ao ensino integral sem ser profissional, o EP deixou de ofertar o Ensino Fundamental – EF, o Ensino Médio – EM e a Educação de Jovens e Adultos – EJA, durante o turno da noite. Outras particularidades, já elencadas, atravessam o cotidiano da escola, entretanto nem tudo daria para ser inserido neste trabalho, pois, o recorte teórico/metodológico é etnografar o cotidiano do grupo de oração, organizado pelos alunos, dentro da escola.

Inserida em um território estigmatizado por índices de violência constantemente crescentes<sup>5</sup>, que respinga na quantidade de alunos matriculados, que está sempre a diminuir, o EP, em dezembro de 2022, finalizou uma reforma ao climatizar os ambientes, ao instalar laboratório de ciências, ao reformar a quadra de esportes, ao servir três refeições por dia; além de passar a contar com uma equipe formada de profissionais da psicologia, da fonoaudiologia, da terapia ocupacional, da assistência social e da psicopedagogia, que passaram a fazer parte do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – NAPE.

Essas alterações foram estrategicamente geradas visando o propósito de elevar os números referentes a alunos matriculados que, em 2022, finalizou em 160 alunos. O EP, em agosto de 2023, ofertou duas turmas de primeiro ano, duas de segundo ano, uma de terceiro ano, e duas turmas de EJA, totalizando um número de 178 alunos.

Retomando as questões em relação ao grupo de oração e ao interesse etnográfico, o diálogo inter-religioso, não era o interesse dos alunos que estavam a frente, mas *evangelizar alunos católicas ou sem religião*<sup>6</sup>. Um motivador voltado para isso foi confirmar, entre os colegas de trabalho, em sua maioria católicos, e alguns evangélicos, considerarem a iniciativa coerente já que os envolvidos eram “bons alunos”, o que na investidura do campo, não se verificou assertividade, ao contrário, viu-se muita elaboração de performance espiritual.

Esses rascunhos desafiavam, por isso foi feita a aplicação de questionários *on line*, com o retorno parcial do funcionamento da escola, ainda em meio a pandemia, que ainda então

---

<sup>5</sup> Somente em 2022, precisamente em 18/02/2022, quatro pessoas foram assassinadas há duas quadras da escola, em um dos trechos do Lagamar por divergências entre facções que atuam na região. (Portal GC mais). Em 22/09/22, uma fisioterapeuta foi vítima de assalto e homicídio há uma quadra da escola (Diário do Nordeste) e no último dia 1/12/2022, uma motorista de aplicativo foi assaltada e morta há cerca de cinco quadras da escola (Diário do Nordeste). Essas são narrativas naturalizadas entre os alunos e população do bairro que cada vez contribuem a sensação de pânico, medo e não procura pela escola que é vista enquanto fraca e nas imediações do Lagamar. O que atribuo, por vezes, serem exógenas e reflexos de uma metrópole cada vez violenta. E iniciamos 2023 com quatro assassinatos há duas e cinco quadras da escola, o que aponta a espiral desigual e confuso onde os alunos também estão inseridos.

<sup>6</sup> Conforme [...] o crescente número de pessoas que se nomeiam cristã, mas não se reconhecem católicos ou evangélicos, mas se nomeiam “cristãs” evidenciam outra expressão de fé.

assustava a todos (agosto a dezembro de 2021). Por intermédio de uma investigação feita a partir de um recorte proximal onde eu estava inserido – e localizo meu lugar na construção da pesquisa compartilhando com Abu-Lughod (2018) a noção de que é importante circunscrever o lugar do pesquisador na condução e construção de um projeto de saber, bem como tornar a nossa subjetividade como instrumento de objetivação das nossas experiências cotidianas.

O início do ano de 2020 traz a acolhida aos alunos e as incertezas relacionadas à uma escola onde o ensino médio integral parece não motivar matrículas novas, pois parecia ocorrer insatisfações referentes à extensa carga horária, que consistia em quarenta e cinco aulas semanais.

Neste mesmo período não existiam cartazes ou conversas que informassem sobre o início das atividades do grupo de oração às quintas-feiras, entretanto ao indagar um dos líderes sobre tal assunto, ele, sorridente, adiantou surpresas em relação as estratégias que iriam desenvolver, a exemplo, utilizando músicas e a proposta de um passeio ao final do semestre.

Para apreensão dos envolvidos no contexto aqui explicitado, em dez de março de 2020, após matérias jornalísticas vinculadas na imprensa, a experiência ímpar pandêmica da COVID-19 paralisou, não somente as escolas, mas um périplo de atividades mundiais. Havia um presságio de retorno em vinte dias, mas até o grupo de oração, e a inquietude inicial a esse trabalho foi junto. As atividades passaram à novidade do ensino remoto e do formato da Educação a Distância – EaD – uma inédita realidade para os moldes de ensino brasileiros.

Nesse roteiro da COVID, ainda sem adequações em relação à realização das aulas, os grupos de *WhatsApp* pulverizavam que as aulas continuariam no virtual apontando uma nova fisionomia a ser tecida mesmo sem entendermos o que estaria a vir. No decorrer dos meses, a implantação da plataforma *meet* se deu conforme a orientação da SEDUC<sup>7</sup>, e os professores, a seu modo cada um, iam se adequando e elaborando ferramentas mais atraentes e que prendessem a atenção dos alunos.

A SEDUC, além de oficializar o *meet*, passou a postar *cards* informativos sobre esse novo modelo de ensino nas formações e orientações aos professores no intuito de repassaram aos alunos. Assim, por novos moldes no ensino advindos da surpresa e da apreensão gerada pelo processo pandêmico surgiu uma nova configuração para a minha pesquisa. Agora eram

---

<sup>7</sup> A Secretaria de Educação Básica – SEDUC é o órgão estadual que organiza a política educacional pública do Estado. É organizada por várias CREDES – Centro Regional de Desenvolvimento Escolar e, no caso de Fortaleza e tem as SEFOR – Secretaria Educacional em Fortaleza. Na capital há seis SEFOR. A Escola Estado do Pará, localizada na Aerolândia onde trabalho e a EEM Deputado Manoel Rodrigues, no bairro Vicente Pinzon, onde desenvolvo o campo etnográfico a pesquisa que segue são vinculadas a SEFOR 2.

aulas *on line*, e reelaborar a carta de intenção à seleção do ProfSocio, no segundo semestre de 2020, foi motivo para a minha inquietação considerando a nova associação que eu teria que elaborar conforme essa nova situação.

No decorrer das aulas remotas, indaguei aos alunos notícias em relação ao grupo de oração na escola. Uma aluna foi perspicaz: “*Professor Eri, se nem as aulas normais ocorrem, quer dizer, a professora abre a sala, eu e minhas colegas deixamos o celular no mudo e voltamos a dormir, conversar e ao final respondemos a frequência. Imagina esses grupos de oração.*” (Participante 1, 16 anos, 2º ano).

**Excluído:** Adriana Vieira

No planejamento remoto com professores, uma colega indagou a proposta de pesquisa e me animava para não deixar frigorificada:

*“Diante desse mal-estar com jovens sem orientação familiar, talvez envolvidos com drogas ou sexo fácil, com certeza estarem rezando os acalma. Apesar de alguns casos serem só fachada, o tempo pode ajudar no comportamento e principalmente nas notas. Não desista de escrever o trabalho professor Eri.”* (Participante 2, 46 anos, prof. <sup>3</sup>).

**Excluído:** Regina Almeida

Quando Goffman (2015) atribui o termo “fachada”, a citada intervenção da professora faz compreender possíveis cenas nessa interação social onde a cena pode ser expressa em atitudes comportamentais de certos alunos no grupo de oração, nem sempre incorporadas nas relações interpessoais a ponto das reclamações e advertências parecerem não incomodar os alunos que atrapalham as aulas.

Em uma das escolas, a Comunidade Católica *Shalom* – *CCSh*<sup>8</sup> já desenvolvia atividades de evangelização por intermédio do Projeto Jesus Para Jesus – PJJ e na outra escola, a Obra Lúmen<sup>9</sup>, uma outra comunidade católica também mantinha um grupo *on line*, mas a qualquer hora esperavam o retorno presencial.

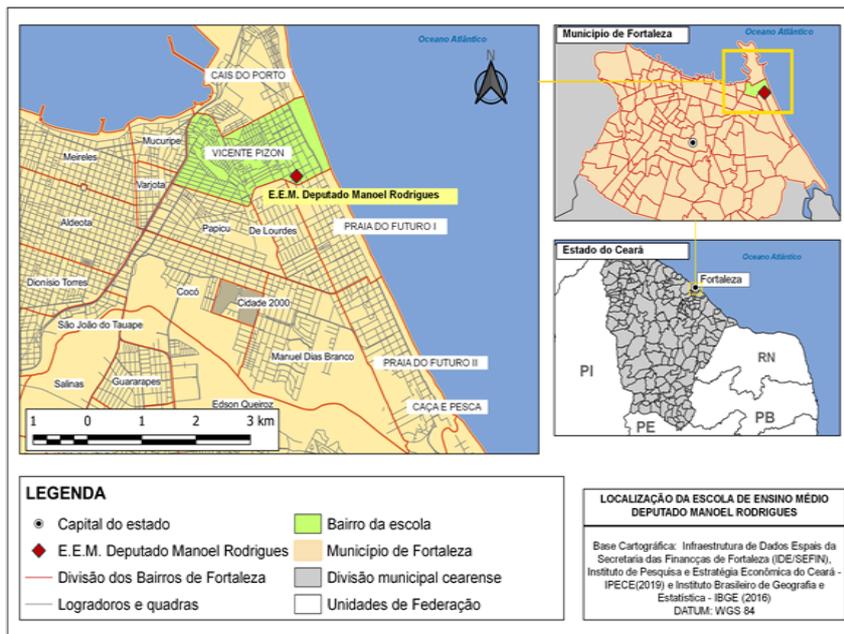
No segmento evangélico, conheci a Igreja Cristã Videira<sup>10</sup>, que, por intermédio do *Instagram* busquei contatos via *direct*, obtinha algumas informações, mas sem retorno das mensagens (Figura 2).

<sup>8</sup> Na proposta inicial da pesquisa, busquei contatos com a *CCSh*, fundada em julho/1982, a qual, por intermédio do Projeto Juventude Para Jesus – PJJ, organizado desde maio/1989 realiza ação evangelizadora em inúmeras escolas em Fortaleza, mas o período pandêmico colaborou a paralisação das atividades presenciais e nas ações virtuais se reuniam em grupos fechados que não pude ter acesso.

<sup>9</sup> A obra Lúmen, oriunda de egressos do Colégio *Cristhus* é uma organização civil religiosa vinculada a igreja católica fundada em 2000. Em novembro/2023 teve reconhecimento pela Arquidiocese de Fortaleza.

<sup>10</sup> A comunidade Cristã Videira, mais conhecida por Videira, conforme o site da organização, nasceu em julho/2001. Distribuída por quatro estados do Brasil tem em Fortaleza, maior dinamicidade a ações. Trabalha com

Figura 2 - EEM Deputado Manoel Rodrigues na região do Grande Vicente Pinzon (Janeiro/2023)



Fonte: Mapa elaborado por Anderson Felipe Santos Oliveira. Janeiro/2023.

Nesse ânimo, segui cursando as disciplinas no ProfSocio, as aulas eram intercalares na escola e a apreensão sobre como seriam as premissas e coleta de informações, um novo lugar a pesquisa e os motivadores a escola metodológica seguiam. Como seria a recepção da gestão escolar, professores e alunos? Quais indagações traria o “novo recorte” à pesquisa?

Me apresentar enquanto Professor de Sociologia, um dia por semana, à escola, visitando a sala dos professores, as salas de aula, e acompanhar as atividades dos professores de Sociologia me inserindo no cotidiano escolar de forma proximal, não somente indo coletar dados, para depois tabula-los e expô-los aos leitores.

Ao passo das atividades funcionais de 2021 findarem, chegaram as férias e o ano de 2022, com o pós pandemia me levou a vislumbrar a materialidade daquilo pensado. Passei a

---

o sistema de células e tem foco na evangelização na juventude. Tem estratégias e uso das mídias próximas aos da CCSH e da Lúmen.

seguir as redes sociais do *Deputado* e percebendo nas imagens postadas um ambiente mais esperançoso, uma escola com alunos nas salas, corredores para assim dizer, viva.

Abaixo, a figura 3 apresenta a fachada do novo equipamento, a EEM Deputado Manoel Rodrigues, o conhecido *Deputado*, uma unidade escolar, segundo professores e servidores que enfrentou entre setembro/2015 a dezembro/2019, transitoriedade por várias unidades escolares devido a construção de uma nova escola.

Em janeiro/2020, o novo prédio enfim foi concluído, fortalecendo aos alunos a sensação de pertencimento e protagonismo juvenil, mas o pouco tempo de uso foi prejudicado com a COVID – 19, ao ponto que mais uma vez, a escola, nem inaugurada passou a funcionar remotamente entre março/2020 a julho/2022. Em agosto/21 retornou de forma híbrida e a partir de janeiro/22, de acordo com o calendário da SEDUC o prédio teve a inauguração *oficial* voltando as aulas nos três turnos de forma regular.

Figura 3 - Fachada da EEM Deputado Manoel Rodrigues. O modelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), conforme replicado entre as pessoas na inauguração foi a tônica discursiva no dia da entrega oficial do prédio em 18/02/2022 com a presença do Governo Camilo Santana.



Fonte: Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC - 2022

Procurando não ser associado a um agente público que iria ao Deputado realizar enquete em relação à inauguração procurei diminuir a euforia da inauguração até porque o “velho Deputado” ainda permaneceria nas memórias dos servidores (o que atestei nas entrevistas

abertas a frente narradas), as incertezas do primeiro local provisório em salas adaptadas entre setembro/2015 a dezembro/2018 e a mudança ao Centro de Treinamento Prof. Antônio Albuquerque no bairro Edson Queiroz entre janeiro a dezembro/2019. Entre janeiro a março/2020 a organização para a inauguração foram interrompidas. Entre março/2020 a julho/2021 seguiu o isolamento sanitário pandêmico e as atividades funcionaram remotas, retornando em agosto/2021 de forma intercalar até dezembro/2021 e somente, em fevereiro/2022, o equipamento foi inaugurado oficialmente com a presença de autoridades.

Aproveitando o contexto fui me enturmado com alunos que conheci pelo *Instagram* e conhecer a escola no dia 15/03/2022, antes do intervalo das aulas no diurno. A apreensão inicial me perturbou, mas a recepção de Dona Francisca<sup>11</sup>, a inspetora de alunos quando me identifiquei foi um balsamo. Ao me identificar, ela, prontamente me indicou a sala dos professores. Eram 9:10 h e o intervalo começaria. Não deu tempo de ver os alunos pois estavam em suas salas. Ao chegar a sala dos professores reencontro Luís Eduardo, ex-colega de graduação que não o reencontrava desde 1997, e a nostalgia abriu boa surpresa. As 9:15 h tocou o intervalo e vários professores adentram ambiente animado.

Nesse momento, Luís Eduardo indagou: O que lhe traz ao Deputado Eri? Será nosso professor? Sob o riso dos presentes e abertura ao diálogo exponho: Então, pessoal, bom dia. Eu sou o Erivaldo Teixeira, mas podem me chamar de Eri. Leciono Sociologia e Geografia na Escola Estado do Pará, na Aerolândia, ali na região do Lagamar. Em maio de 2021 fui aprovado no mestrado profissional em Ensino de Sociologia na UFC, e os bons ventos me trouxeram ao Deputado para tentar realizar uma pesquisa sobre um grupo de oração que conheci, pelo *Instagram*, organizado por alunos com apoio da gestão.

A princípio, a pretensão inicial é escutar os professores e alunos, se há correlação com o disciplinar refletindo na aprendizagem. Tentar, se tiver aceite da gestão e dos professores de Sociologia, por intermédio das relações professor/aluno, no que diz respeito a pauta moral de costumes e religião no cotidiano escolar.

Atentos e com um olhar altivo, vários professores me ouviam e, rapidamente, Paulo Tibúrcio, o Professor de História e Sociologia levantou a mão e disse: Olha aí, um estagiário para me ajudar nas aulas. Já aceite a sua presença na sala. A primeira impressão nem sempre é

---

<sup>11</sup> D. Francisca é uma das interlocutoras privilegiadas desse observador. Segundo informações colhidas, ela, o Prof. Olavo (Diretor), Profª. Nirlene (Coordenadora) e Prof. Assis (Geografia) hoje estão entre os servidores mais antigos lotados no Deputado.

a que fica, mas a acolhida, e percebendo três bons interlocutores privilegiados eu já perscrutaria (Dona Francisca, Luís Eduardo e Paulo Tibúrcio).

Após essa conversa, os professores dialogaram, entre si, outras questões e o intervalo para voltarem a sala de aula foi esvaziando o local. Para minha surpresa, Paulo Tibúrcio ou Paulo como preferiu ser chamado, por estar *em janela*<sup>12</sup> me levou para conhecer as Coordenadoras<sup>13</sup> e o Diretor Prof. Olavo dos Anjos<sup>14</sup>. Em primeira mão, Paulo me apresentou à Prof.<sup>a</sup> Gabriela Souza, que ouviu a intenção de pesquisa e disse: essa temática é interessante, mas observo cuidado pois esse ano (eleições gerais) precisamos ficar atentos, mas o aval final será do Diretor, o Prof. Olavo.

A Coordenadora também orientou a necessidade de eu ir à SEDUC e trazer uma autorização do comitê de ética, pois, segundo ela, a temática envolvendo religião poderia trazer empecilhos dentro da escola. Fiquei pensativo, mas silencieei, pois, segundo Paulo, a observação era interessante, mas concordando com Gabriela, caso o Diretor autorizasse logo, eu já poderia começar.

O próprio Paulo disse: Vamos procurar o Diretor é agora e com certeza você já começa é hoje. Essa iniciativa do Prof. Paulo já fisgava esse observador, pois um dos professores de Sociologia que eu iria necessitar a execução da pesquisa se mostra interessado e prestativo.

Em relação ao Prof. Olavo, ainda não o conhecia pessoalmente, mas na prática de um “escavador” social, atributo técnico do Sociólogo, antecipadamente já tinha colhido informações sobre sua caminhada no Deputado, e me antecipavam que ele, além de não pôr dificuldades, eu talvez iria gostar pois se mostra comprometido com a escola sendo liderança reconhecida no bairro e sempre conseguir boa interlocução com a SEDUC.

Ao adentrar na sala da direção com o Prof. Paulo, o Diretor vestido com a camisa do Ceará Esporte Clube e a uma imagem tamanho médio de Nossa Senhora de Fátima em um dos cantos da sala, em partes, me tranquilizou em relação à questões tensas ainda presentes em muitas escolas: a negação da força das torcidas organizadas entre os jovens e a manifestação

---

<sup>12</sup> A janela é o intervalo entre uma aula e outra que o professor aproveita para organizar alguma atividade.

<sup>13</sup> O fazer pedagógico no Deputado requer um périplo de ações por atender cerca de 1500 alunos matriculados. A Coordenação é composta por cinco mulheres: Gabriela Souza, Gerda [Moreira, Nirlene Costa, Silvana Lima e anexos. Além das 31 turmas funcionando na sede, o Deputado administra dois outros anexos a noite nos bairros: Praia do Futuro II e Caça e Pesca

<sup>14</sup> A figura do prof. Olavo se torna lendária por vários motivos. Servidor Público efetivo desde 1981, Olavo, como prefere ser chamado se confunde com as lutas do Deputado quando a escola ofertava o ensino fundamental I e II. A transição ao médio. A resistência para com a SEFOR/SEDUC para não implantar o ensino integral sem ser profissional no Deputado. A conquista do transporte escolar para trazer os alunos das mais de vinte comunidades no entorno e conjunto com os demais servidores pelo atual prédio da escola.

religiosa católica, a qual anda em baixa em face da progressão evangélica<sup>15</sup>, situação não diferente no Deputado, pois a presença de professores católicos, sem religião, espíritas ou aqueles que seguiam as doutrinas de religiões de matriz africana não refletia nos alunos, em grande parte evangélica, mas um aparente convívio social era presente.

Trago a discussão pois mesmo inscritos em um Estado Laico (Constituição Federal/1988), desde as eleições de 2018, o fenômeno religioso, em especial, com o advento das redes sócias tem sido pauta eleitoral, inclusive refletindo diretamente na maioria das escolas pois decorrem críticas oriundas dos setores ditos mais conservadores que o papel do professor é lecionar o propedêutico e a família os aspectos morais e educacionais. Em contraponto, a escola e o ensino fogem dessa apartação ou neutralidade apostando no multiculturalismo, no respeito ao diferente e no convívio com as várias expressões religiosas ou não das pessoas.

Me apresentei ao Prof. Olavo e pedi para explicar a intenção da pesquisa. Rapidamente ele diz: “As meninas da coordenação tinham falado a seu respeito e que você vem acompanhar as aulas do Paulo Tibúrcio e a célula de oração, por mim tudo bem. O que for de bom para a escola acolho, não se preocupe, mas eu tenho uma observação. Às vezes, tenho vontade de pegar o boletim de cada aluno que frequenta essa célula as 4<sup>a</sup> feiras, pela manhã e tarde e comparar o boletim deles. Se não tiverem notas boas eu vou chamar atenção pois observo o movimento, dou apoio liberando o auditório, colaboro no que posso, mas se atrapalhar o rendimento escolar, eu não concordo.

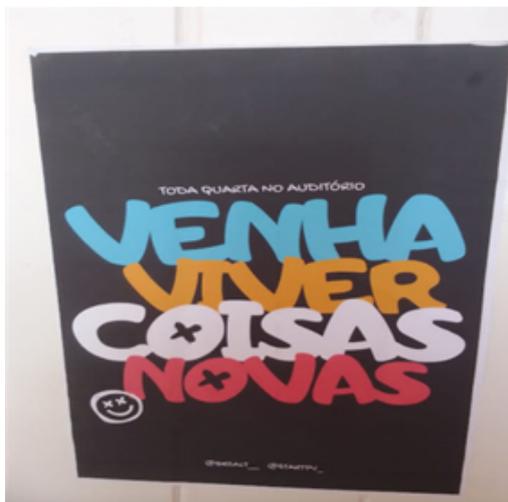
Após o aceite à pesquisa, saímos do local, o prof. Paulo voltou a sala dos professores e comuniquei a Profa. Gabriela a recepção por parte do Diretor. Ela sinalizou com um sorriso. Essa primeira incursão me animou na quarta-feira seguinte a voltar (22/03/2022), no intervalo, conhecer a célula<sup>16</sup>, uma atividade organizada por alunos da escola que frequentam a Igreja Palavra de Vida *Church* (Figura 4 e Figura 5).

---

<sup>15</sup> O censo 2022 atestará o que tem sido notório, o crescimento do número de pessoas evangélicas cada vez nas periferias das metrópoles. O Ceará, no Censo 2010 configura o segundo estado mais católico do Brasil, o primeiro é o Piauí. Esse indicador poderá ser alterado, mas o estado ainda tem grande influência católica de forma histórica, mas nas instituições e manifestações públicas.

<sup>16</sup> A célula é um termo cunhado pela Palavra de Vida Church, uma organização evangélica que funciona no bairro Caça e Pesca. De cunho pentecostal renovada, desenvolve evangelização e crescimento comunitário.

Figura 4 - convite divulgado nas redes sociais



Fonte: Acervo pessoal do autor – março/2022

Figura 5 - Momentos que assisti a célula que tem frequência entre 70 a 83 alunos por turno (Março/2022)



Fonte: Acervo pessoal do autor – Março/2022



Esses aceites me apontam um campo vivo, e ao interesse ao tema, em meados de 2019, quando fui fisgado a compreender como funcionava um grupo de oração dentro de uma escola pública, no contexto da laicidade, e principalmente em 2022, as portas de uma nova campanha eleitoral e eleições gerais onde o viés da pauta moral de costumes<sup>17</sup> tem sido a tônica diluída por segmentos mais conservadores ao ponto de alardearem que muitos professores, ao invés de lecionarem o propedêutico curricular, induzem alunos aos contextos voltados à questões como ideologia de gênero, como aborto, como a liberação das drogas, o relativismo científico e outras pautas, que, geralmente, são distorcidas pela mídia/imprensa, por setores religiosos e políticos, na maioria das vezes sem a escuta dos professores e gestores. Ao contrário, reproduzidos por generalizações, via redes sociais ou práticas isoladas de uma escola.

Nesse percurso, o exercício da escuta qualificada na acolhida de Dona Francisca, a Inspetora de Alunos, o reencontro com ex-colegas de graduação na sala dos professores, o ânimo ao perceber no Prof. Paulo Tibúrcio interesse com a pesquisa me fez associar um fazer

---

<sup>17</sup> Uma das premissas envolta no Governo Bolsonaro (2019/22) se configurou na alusão ao termo: pauta moral de valores onde o discurso anticorrupção e privilégios, combate as ideologias que atingem valores e tradições, a exemplo, uma educação escolar longe do que seria ideologia de gênero, aborto, liberação das drogas.

profissional do ensino de Sociologia, ministrado por graduados em História, com percurso de mais de vinte anos na educação e, nos últimos sete anos, no Deputado adianta um artesanato elaborado por várias mãos.

O aparente receio de não ser aceito pelo Diretor da escola por ser um homem gay era um dos entraves, mal elaborado por esse observador. Ao contrário, me senti bem mais acolhido no Deputado em relação a escola onde trabalho há mais de quinze anos, mas infelizmente ainda presa a um olhar cinzento, sem discussão política, entre os pares, mas um discurso que silencia a presença de outras expressões religiosas ou sem religião, por vezes também procurando fugir das pautas sobre gênero, sexualidade, violência, mesmo a escola estando inserida em uma região com inúmeras vulnerabilidades sociais.

Na célula, uma observação interessante foi perceber o aceite dos alunos líderes quando expus o que me faria entrar entre eles para assistir à celebração. Todavia, sei da minha condição de observador e até onde eu poderia ir nas indagações, até porque eles têm uma organização espiritual oriunda da igreja que frequentavam. Na plateia há alunos de outras denominações, mas fui percebendo que a sincronia das ações seguia a liturgia da igreja que a maioria dos alunos líderes pertenciam.

Na segunda visita à escola, acompanhei o Prof. Paulo em uma das suas turmas: “*Então pessoal, esse aqui é o Prof. Eri, ele faz uma pesquisa para o mestrado em Sociologia na UFC. Também é professor de Sociologia em outra escola*” (antes, pedi ao Prof. Paulo que não dissesse a escola e o bairro onde leciono ser um espaço “territorializado” por uma facção diferente da que “territorializa” onde está inserido o Deputado).

Procurei silenciar esse aspecto pulsante entre os alunos no que se refere as facções por não ser o interesse maior da pesquisa, mas não havia como fugir, pois, tem sido recorrente nas aulas, as indagações e exemplos que os alunos trazem consigo. Pude perceber essas nuances na escola em que trabalho quando abordo os fatos sociais propostos por Durkheim e na atual escola quando o prof. Paulo tecia um exemplo, os alunos citavam uma situação a fim.

Mas o estar em sala de aula, residir em área faccionadas e conviver e vê os alunos fora da escola pois sou um morador do bairro me traz uma certa segurança movediça pelo fato de compreender ser a escola um dos locais ainda respeitado no discurso e práticas das facções desde que os professores e a direção não assumam funções de *cagoetes*, ou seja, julgarem ou denunciarem assuntos ventilados por alunos ou ação do tipo.

Nesse aspecto, percebo onde trabalho uma total segurança na escola, sem quaisquer transtornos e nessa incursão ao Deputado mais uma vez senti uma convivialidade e sensação de proteção dentro e fora da escola. Há transporte escolar para os alunos que vem estudar e

conforme indagações prévias aos motoristas que ficam esperando os alunos e aos quatro seguranças internos da escola não há notificações de assaltos ou casos de violência dentro ou no entorno da escola.

Conforme aluna indicada por D. Francisca, a funcionária que trabalha na acolhida e atua enquanto uma “fiscal” da direção: *Ah tio, aqui é sossegado, tem os problemas de violência mas ocorre mais com as pessoas envolvidas e hoje em dia, não há mais um lugar perigoso. Em qualquer lugar se você falar demais ou ser cagoete morre. O certo é a gente vê as coisas e ficar calada.* (Aluna Z, 15 anos)

Aproveitei o contexto e perscrutei a um dos seguranças da empresa privada que presta serviços à escola como ele percebia o lugar e a sensação de violência que tanto falam do bairro Vicente Pinzon: *Pois é professor. Há muitos anos sou segurança. Fui do prédio antigo e agora desse novo. Interessante que o antigo tinha muro. Esse novo tem essas grades e a princípio havia o receio dos assaltos a noite. Até agora (junho/22) não há qualquer sinistro. O diretor tem uma boa relação com a comunidade e o povo daqui respeita muito a escola. Acho que isso contribui para não ter assaltos ou situações de violência, mas eu vivo alertando esses alunos para não ficarem se amostrando com o celular do lado de fora.* (Segurança X, 46 anos)

E nesses meandros, a pesquisa não tinha mais como se limitar as ações da célula de oração, mas além quando percebi outras questões que motivam os alunos na escola. A quadra da escola é um dos locais precisamente mais cobiçados pelos alunos ao ponto de serem divididos horários, modalidades e inúmeros campeonatos. Atento a questão fui percebendo a força afetiva dos professores de Educação Física, em especial, o professor Jorge. Ele foi aluno da escola. Hoje é professor temporário no Deputado, em outra escola estadual e em uma privada próxima. Tem uma rotina preenchida em sala de aula, mas sempre o encontrei envolvido com atividades esportivas, didáticas e até atividades de formatura do ensino médio.

Em momentos dispare presenciei atividades que o prof. Jorge realizou na escola, um amistoso entre alunos de outras escolas com um dos vários times do Deputado e em outra situação em uma quadra de esportes no bairro. Jorginho, como é chamado pelos alunos e professores também é árbitro de futebol federado. As duas imagens abaixo trazem a memória do leitor um pouco das inúmeras ações que presenciei observando que as atividades esportivas, além de colaborarem a sociabilidade são um dos elementos fundantes a diminuição da evasão escolar.

ando percebeu a construção de várias ações sociais de valores nas práticas profissionais do ensino de Sociologia, quando o professor procurava mediar questões consideradas polêmicas. Em consequência dessas nuances, o posicionamento de outros professores que atestam ser a sala de aula e as relações professor/aluno lugar de embate, de discordância, o que não enumera ter ausência de afeto e de convivialidade.

Na tessitura da pesquisa, o interesse de verificar a construção da ação moral de valores a partir dos frequentadores da célula e suas irradiações dentro da sala de aula, no convívio com os pares e professores passou a ser percebida com outros olhos.

Afirmou-se tal propositura quando adentrei à escola, e fui conhecendo um pouco do seu cotidiano. No decorrer do texto, outras junções são incorporadas, desconsideradas e problematizada com a acuidade desse observador que traz consigo impressões da prática profissional em Sociologia em outra escola, mas veio conhecer no Deputado outras feições.

E nesse processo, as estratégias de sociabilidade, a princípio, restritas à célula de oração, às discussões em sala de aula, às acuidades na sala dos professores, ao “*point*” dos alunos que era a escada de acesso às salas, aos bons momentos entre os professores no intervalo das aulas, às atividades esportivas, à aula de campo, às entrevistas, com uso do gravador, feitas com alunos e com professores, e, ainda, o trabalho de campo (uma visita à Redenção com o 2º A, organizado pelo Profº Paulo Tibúrcio) são mosaicos que elaboraram outras impressões ao texto.

O que me leva a perceber de acordo com Von Ranke “as coisas como elas realmente acontecem e não como queremos vê-las” (Collins, 2009). Um narrar não limitado à fontes secundárias, à pesquisas *on line*, ou à diálogos por redes sociais, mas sim, próximo de um historiar criterioso. Apontando a esse observador uma escrita atenta das impressões efêmeras que o texto traz ao público recortado a pesquisa, a juventude, uma categoria etária estabelecida entre 15 e 24 anos, no Brasil, que tem cerca de 33 milhões ou 30% da população geral, os dados que precisam de melhor apuração, e o CENSO 2022 tiveram o objetivo de elucidar melhor os questionamentos relacionados a problemática do trabalho feito aqui.

Esses jovens, daí o léxico plural não vem dissociado, principalmente, em um país com dimensões territoriais dispare, com realidades equidistantes e, especificamente, no caso presente, após os dois últimos anos da fatídica COVID 19, quando as medidas sanitárias enfraqueceram os laços sociais coletivos, e as redes sociais e o mundo digital moldaram – de forma brusca – expressões e entendimentos dos jovens. Considerando isso, não acreditar na juventude, na escola, é fugir à regra devido à todas as ações orbitarem em torno desses sujeitos. Nesse feixe adjetivo, os adultos, cada vez mais, necessitam escutar e fortalecer esse

protagonismo juvenil em um contexto virtual, onde a rapidez das telas fisga mais os alunos, desafiando a escola, e é preciso se reinventar para não permanecer apartada do que certos alunos observam:

*“Professor Eri, eu confesso ao senhor que venho aqui mais porque meus pais obrigam e também para rever meus colegas e conversar. As aulas de Sociologia e demais materiais, falam coisas que não me interessam ou longe da nossa realidade. Certos professores só falam em ENEM, SPAECE e UFC. Eu não quero fazer faculdade. Quando eu “terminar os estudos” quero fazer um curso técnico, pois geralmente recebe mais e tem bem mais empregos do que certas faculdades que não valem a pena.”* (Participante 3, 17 anos 3º manhã – Aluna do Deputado, agosto/2022).

**Excluído:** Eliane Rocha

Dentre os comentaristas no campo da Sociologia da Juventude, Rocha (2006) indaga a urgente formulação de políticas públicas de média e longa duração contentando questões trazidas por uma juventude, a qual responde a anseios por emprego, por constituir família, por possuir renda dentro de um cenário que muitas vezes, elabora construções morais a seu modo, que geralmente não se limitam aos preceitos morais, como se tivessem em suas mãos o *Google Maps*, quando na realidade muitos nem conhecem o que é a bússola.

Nessa pluralidade, enxergar o modo de vida e suas temporalidades, alargando os olhares, a prescrição de Max Weber (1995 1999) quando indaga se as ações sociais de afeto podem ser percebidas na tessitura de laços, não restritos aos que se buscava durante essa pesquisa somente na célula de oração, ao contrário, também são elaborados quando os alunos se aglomeram nos degraus da escada papeando e de olho na porta por onde saem os professores para suas salas ou olhando quem passa ao lado. E nesse artefato, Dayrell (2003) expõe aos elaboradores de políticas públicas a juventude com sua amplitude e o alcance dos novos interesses desses jovens, por vezes silenciados ou ignorados na escola.

No decorrer dos capítulos, a citada percepção de Dayrell poderá ser observada nos questionamentos de professores e alunos, quando reconhecem na escola um lugar de reencontros e pertencimento. Se observará também a percepção do autor da presente pesquisa em relação ao que os professores procuram ouvir, ao dar sentido as narrativas dos alunos, considerando que devido às cobranças diárias e necessárias relativas às atividades escolares, nem sempre é possível fazê-lo.

#### 4.1 Relatos sobre a rotina



Ao se afastar da concepção somente etária no tocante à juventude, verificar o processo sócio histórico, sem dissociar dos preceitos biológicos, atentando ser a corporeidade uma das premissas desse adolescente/jovem, Peralva (1997) antecipa que as juventudes, além das pluralidades, por vezes, trazem questões despercebidas por muitos professores. Nesse aspecto, uma pesquisa realizada por duas organizações sociais<sup>18</sup>, entre 08 à 15 de março de 2022, utilizando 2.090 entrevistados, apontou que 56% dos entrevistados acreditam que, os professores, em sala de aula, não devem falar sobre política. Por outro lado, 90% desses entrevistados defendem que esses mesmos professores discutam sobre pobreza e desigualdade social.

O interessante nessa pesquisa é a parte que narra o crescente avanço de uma visão moralista em certas famílias, que são reproduzidas pelos filhos, quando se indaga a eles se os professores devem se limitar aos conteúdos escolares, e principalmente se devem se voltar aos

---

<sup>18</sup> CENPEC - organização da sociedade civil sem fins lucrativos que promove equidade e qualidade na educação pública brasileira (fundada em 1987) e Ação Educativa – é uma associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação (fundada em 1994).

exames de acesso à universidade, o que parece ser cartilha com o vislumbre do *ranking* nas cobranças externa em um Estado, onde a SEDUC busca visibilidade e eficácia, em especial, nos índices avaliativos.

Nesse sentido, os estudos da Sociologia da Juventude pontuam quem é esse jovem e o que ocorre dentro da escola? Quando Sposito e Carrano (2003) atestam o papel do Estado e das políticas públicas executadas no ensino médio, muitos jovens, à medida em que frequentam a escola buscam um sentido “mais prático”. Assim, as mudanças crescentes, considerando o aparato tecnológico disponível, a utilização de novas ferramentas e o desemprego são desafios para uma escola ainda moldada no propedêutico, que, segundo os jovens não motiva a sua frequência à sala de aula.

O mais agravante são 54% dos entrevistados afirmarem que os pais têm o direito de proibir as escolas ensinarem temas que não achem adequados. Essa premissa me faz recordar o episódio no *Deputado* envolvendo professores e alunos no período eleitoral de 2022, em algumas turmas discordâncias entre professores e alunos ao ponto da gestão da escola solicitar aos professores evitarem debates mais efusivos pois parentes de alunos religiosos ligaram a escola atribuindo ser “local de estudo e tarefas e não voltado a questões partidárias.

Conforme relatos do prof. [Participante 4](#) (História):

Excluído: Luis Eduardo

*“Se chegar a hora dos pais de certos alunos pautarem o que o professor deve ensinar perderemos a cátedra da autonomia. Às vezes, prof. Eri, observo mal-entendidos e generalizações por certos alunos não aceitarem a contextualização dos conteúdos. Jamais tive interesse de ir contra as convicções religiosas dos alunos, a ciência e o conhecimento histórico podem ser silenciados. Quase tivemos a continuidade de um Governo fascista, conservador e que não reconhece a importância da laicidade no processo ensino/aprendizagem”.*

Em relação aos candidatos que seguiam ao segundo turno ocorrido em 30/10/22. Conforme narrativas de alunos entre os meses esses dados preliminares, também reflito o quanto a presença e uso de símbolos religiosos ainda são comuns nas escolas, são presentes nas escolas e, ao ponto que no Governo Federal (2019/2022) o acirramento envolvendo os temas religião, moralidade e democracia, além de tensos, na maioria das situações se direcionam ao viés moral e ideológico.

E por trazer a discussão sobre Juventudes e o ethos religioso dentro da escola, em 13/01/2022, uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha nomeava que “50% dos brasileiros se nomeavam católicos, 31% evangélicos e 10% afirmavam não ter religião. Por conseguinte,

debruçar sobre a pauta moral de costumes, a qual vigora discursos cada vez conservadores em relação a costumes e modo de vida particular, a acentuada fragilidade em relação ao Estado Laico culmina cada vez confuso ao ponto desses grupos de oração e estratégias religiosas cada vez adentrarem nas discussões em sala de aula entre aqueles que se nomeiam de “esquerda” ou “direita”.

Um outro dado amostral fortalecedor a essa pesquisa será o resultado do censo 2022, o qual apresentará dados desse *novo perfil brasileiro*<sup>19</sup>. Em decorrência das eleições de 2018 terem apontado um novo contexto, onde religião e a *pauta moral de costumes*, ancorada nas redes sociais, em especial, grupos de *whats* e *telegram* se legitimaram com densidade ao ponto do projeto Escola Sem Partido<sup>20</sup> tem alcançado visibilidade, mas barrado em votação no plenário do Congresso Nacional e de vez sufocado no Superior Tribunal Federal – STF, mas rememorado enquanto forma de elencar uma educação neutra, sem militância ideológica.

Nesse aspecto, essas informações despertaram nesse observador a necessidade de verificar nesse “campo vivo”, como essas manifestações ocorriam dentro da escola, mas o crescente número de variantes de casos da COVID -19, a *aglomeração* de pessoas não era permitida e mais uma vez, com as escolas fechadas, o recurso das alunas *on line*, além de não motivarem, traziam a impressão de uma amostra não confiável por parte dos interlocutores. Talvez fui precipitado por não apostar nesse instrumental ao campo, o que colaborou ao atraso na execução dos dados ao trabalho.

No percurso das aulas on line no mestrado, fui instigado porque não iniciara o campo virtual devido o tempo seguir. Reafirmei a resistência as pesquisas virtuais, todavia uma compreensão solitária pois cada vez, essa demanda segue em capilaridade ao verificar dados do INEP (novembro/2022) a força *os cursos superiores no Brasil mostrando que em dez anos, aumento de quase 500% no oferecimento de disciplinas com esse formato de aprendizado. Mas a qualidade ser um fator preocupante.*

Todavia, inúmeras universidades e pesquisas atentando a essas questões, além da qualidade passaram a serem referências aos estudos digitais (Parreiras, 2011) mas mesmo assim não me contentei e esperei abril/2022 para iniciar o campo em duas escolas públicas dessa vez com a incorporação do google formulário, dentre umas das estratégias metodológicas que tento conciliar ao texto que segue.

---

<sup>19</sup> Novo perfil brasileiro.

<sup>20</sup> Escola sem partido

Ainda tecendo em relação ao percurso que antecede a pesquisa e as pressões externas para já iniciar o campo, as escolas voltando parcialmente ou remotas, relutei atribuído (Becker, 2007) a necessidade do encontro e da aproximação com o “objeto”. Daí a estratégia em não escolher os lugares e pessoas, mas estratégias de abordagem, além de não poder ir à escola me causava inquietação e desânimo.

Em paralelo as atividades em sala de aula, mesmo online, com inúmeras turmas de Sociologia e as aulas do mestrado em 2021 também online. Em maio/2022, dentre as novidades foi a última disciplina ter sido presencial. Uma sensação boa e interessante após tanto tempo sem conhecer os alunos e professores.

E nesse arranjo recordei Goffman (2011) ao atribuir a interação *face a face*, uma possível Sociologia das ocasiões e nesse sentido, entre alunos/professores/gestão observar “comportamentos”, encenações e fachadas iniciais no campo propriamente dito em abril/2022 conhecendo ao vivo uma das escolas que durante 2021 manteve contatos online com funcionários e alunos que me animavam para comparecer e conhecer as atividades do grupo de oração que mantinham e o interesse pelo tema.

Conforme o mapa acima, a Escola de Ensino Médio Deputado Manoel Rodrigues se localiza no bairro Vicente Pinzon, no segundo semestre de 2021 oferecia aulas presenciais e remotas aos alunos, mas com frequência presencial pífia, devido ao receio de contraírem a COVID. E no caso do grupo de oração que se reunia às 3<sup>a</sup> feiras das 9:30 às 10 h, nem mesmo online se reuniam ou respondiam minhas postagens.

Conforme a narrativa, a princípio atribuo a aluna, o que Weber (1999) enumera a tipificação ideal do que tenho por interesse reconhecer no campo, ou seja, a ação social de valores percebida por alunos, pelos professores e nas práticas sociais elaboradas na escola, quer sejam participando do grupo de oração, atividades esportivas e as possibilidades dessas ações influenciarem no resultado das avaliações e comportamento disciplinar.

A terceira escola, eu já tinha procurado contato também pelo instas do grêmio escolar e consegui a notícia que em abril iniciariam as reuniões da “célula” como são denominados e que eu tentasse aparecer para ver se poderia assistir até porque nenhum professor participou. Daí essa sinalização, além de estratégica trouxe a pesquisa um novo recorte.

Fui percebendo que devido às minhas atribuições laborais, ficar em uma só escola e ali procurar outras expressões de ação social por valores, não somente limitado a célula também poderia ser uma estratégia metodológica associativa precisaria estar lá, escutar e anotar ao máximo o que for possível.

Ainda dissecando a intenção preliminar da pesquisa, atribuo que esses pós pandemia, ainda receoso, mas com os alunos pondo a máscara somente quando enxergam o diretor subindo as escadas, a amplitude da vacinação diminuiu o medo de morrer.

Em relação a enxergar possíveis construções de valores, por vivenciarmos uma transição cultural, mediada pelas redes sociais, onde certos valores, ditos convencionais, passam a ser questionados, a exemplo, o conceito de família, sexualidade, trabalho e lazer; em paralelo, um crescente número de jovens procura outras formas consideradas mais conservadoras de experimentarem essa modernidade.

Assim, um dos desdobramentos que tento pôr em prática vem da *microsociologia* proposta por Simmel (2006) quando adverte em relação as ações e relações tecidas nas interações e nesse escopo, passei a perceber que não se limitam ao auditório da escola que as 4ª feiras, entre 9:15 as 9:40 h, em estilo bate e volta, os adolescentes fazem uma breve oração, um cântico ao som de violão que um dos organizadores traz, depois vem a palavra ministrada por um outro designado por eles e ao final uma outra oração. Distribuem um lanche e eles saem do local.

Ensaçando essa confluência de olhares seja como professor, pesquisador, nativo que também frequenta religião, para entender como se articulam múltiplas agências nesse campo de interações: as falas peritas expostas nos documentos oficiais do grupo envolve a célula e demais grupos que orbitam na escola, até porque há mais de vinte denominações evangélicas e a católica entre os frequentadores da escola. E outra surpresa no campo, ao ponto de enumerar ser uma potência, conforme Foucault (ANO) foi a indagação de um professor bem entusiasta na escola.

*Eri, você veio fazer essa pesquisa com evangélicos e católicos, mas aqui no bairro há muitas expressões de umbanda, espiritismo. Até mesmo entre nós professores há religiões diferentes e aqueles que não se manifestam mais percebemos pelo jeito deles que devem ter algum credo (Participante 5, 50 anos, prof. de História).*

**Excluído:** Luís Eduardo Braga

#### 4.1.1 Percepções sobre a Escola Deputado Manoel Rodrigues



Fonte: Erivaldo Silva Teixeira, Acervo pessoal. Janeiro/2023.

O *Deputado*, como popularmente é conhecida a Escola de Ensino Médio Deputado Manoel Rodrigues, se localiza na Rua Oliveira Filho, 1576 no bairro Vicente Pinzón<sup>21</sup>, na metrópole cearense. O novo equipamento, inaugurado de fato, em fevereiro de 2022, estava concluído desde junho/2020 em função da pandemia, com as atividades com alunos e professores, em agosto/2021 retornam presenciais com medidas sanitárias. Essa organização das aulas findou em dezembro/2021. Em fevereiro/2022, a escola é oficialmente inaugurada com a presença do *staff* governamental, o qual antecipava a campanha eleitoral de outubro/2022. Organizada em três pavimentos, doze salas de aula, auditório com centro e cinquenta lugares, sala de multimeios (biblioteca), dois laboratórios de Informática, dois laboratórios (Química e Biologia; Física e Matemática), refeitório, cozinha industrial e um ginásio esportivo, essa “escola nova”, conforme os alunos “*é tão linda que todos que passam em frente elogiam e até pedem para entrar e conhecer por dentro*”. (Participante 6, 59 anos)

Uma das primeiras interlocutoras alçadas por esse observador foi [Participante 6](#) (59 anos, Inspetora de alunos, já apresentada anteriormente aqui), uma mulher indígena, com várias

Excluído: Dona Francisca

<sup>21</sup> Com 45.518 habitantes, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, no Vicente Pinzón, 9,33% da população (4.249) vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, este contingente de moradores tem renda familiar mensal inferior a R\$ 70,00 por pessoa. Na Capital, o bairro é o 7º com maior intensidade de pessoas situadas na extrema pobreza.

guias de gira da umbanda, religião afro/brasileira sob o pescoço me inquietou ao ponto de conseguir a primeira entrevista com o uso do gravador do celular sobre a memória do *Deputado*.

*“Prof. Eri, a escola nova não veio do nada. Por muitos anos, nossos alunos frequentaram salas quentes, mesmo a escola estando a beira mar (o Deputado estar localizado há duas quadras da praia do futuro I). Desde 2015 perambulamos para lá e para cá. E nesse mesmo ano, o professor Olavo, nosso Diretor recebeu a notícia que uma nova escola seria construída e na ansiedade, logo nos deslocaram para uma escola próxima onde ficamos em salas de aula improvisadas em contêiner. Uma situação tensa, mas o que nos motivou era saber que receberíamos uma nova escola. Ao ponto que a construção era visível pois nos deslocamos para três quadra daqui. Vem 2016, 2017 e nada dessa escola ser concluída. Em 2018 e 2019, nossa situação ficou mais vexatória devido a sensação de não finalização, evasão e desânimo. Mesmo assim, outro local foi designado aos alunos e professores. Dessa vez, ainda bem longe, cerca de uns 6 quilômetros e o vai e vem do transporte escolar colaborou mais ainda a evasão e descredito. Nessa incursão preliminar, esperando o Diretor observei o pátio da escola e uma das surpresas que me alegrou”.*

*“Prof. Eri, quer que eu lhe diga uma coisa. Se o Deputado tivesse rodinhas, ele deveria estar entre a Praia do Futuro II e o Caça e Pesca. A maioria dos alunos vem desses bairros até porque somos a única escola que atende oferecendo transporte escolar nos três horários.”*  
(Participante 6, 59 anos, inspetora de alunos).

Excluído: D. Francisca

Ansiosos pela entrega da escola nova no início do ano de 2020, veio a pandemia do corona vírus e mais uma vez nossos sonhos foram adiados e ainda pior, fomos para as aulas *on line*, as quais, mesmo com a tentativa de organização e empenho (Souza, 2021), a não interação face a face, o subir e descer escadas, a sensação de ocupar o prédio já pronto desde o final de 2019 mais uma vez foi adiado.

A inquietação da participante 7 encontra anuência da Direção, pois em uma reunião o Diretor indagou: “Esse menino depois que passou a ir a ir as reuniões de oração até a forma de falar melhorou”. Esse grupo de oração tem sido bom para a escola. Essa indagação fortalece o discurso da religião enquanto modeladora espiritual dos indivíduos.

Os dados amostrais acima despertam outras questões talvez não percebidas imediatamente. Vivenciamos uma transição cultural, mediada pelas redes sociais, onde certos valores ditos convencionais passam a serem questionados, a exemplo, o conceito de família, sexualidade, trabalho e lazer; vem ocorrendo em paralelo um avanço numérico de jovens que procuram outras formas consideradas mais conservadoras de enxergarem a modernidade.

Assim, na proposta de uma microsociologia, debruça-se nesse cotidiano, ensaiando uma confluência de olhares seja como professor, seja como pesquisador, seja como nativo que também frequenta religião, para entender como se articulam múltiplas agências nesse campo de interações: as falas peritas expostas nos documentos oficiais dos grupos religiosos, dos líderes dos grupos e gestores das escolas, professores que apoiam ou não se posicionam à proposta e, principalmente, os alunos que frequentarão um desses grupos no decorrer do ano letivo de 2021.

*“Independente do prédio novo, o hábito da leitura entrou em uma disputa com a tecnologia. Quando aparecem, o hábito de conversar entre si, principalmente após a pandemia. Eles gostam de estar aqui, por ser um ambiente climatizado, acolhedor e muitos sozinhos com o celular. Mas para o hábito do ler, necessitamos nos adaptar a uma nova realidade. Eles pedem títulos novos, que não dispomos e daí a internet tem essa rápida. Quando usamos a acolhida ao aluno, é o receber bem. Dispostas a saber onde podemos ajudar. Muitas vezes, eles nos procuram para dialogar. Perguntamos o que está ocorrendo. A escola dispõe de Psicopedagoga, mas devido o contingente de alunos, era não tem como ouvir a todos.*

*Dentro do que é possível, não é um aconselhamento, mas um direcionamento de suas histórias de casa. Muito difícil ser da escola. A minha Pedagogia sempre começa com um copo com água e sem o aluno aceita se abre para uma conversa. E daí cada gole é uma escuta. E nesse esvaziar do copo, vai esvaziando a aula. Histórias mal resolvidas, a exemplo, a não aceitação dos pais por ser homossexual e até convite a expulsão.*

*Uma aluna de 17 anos desabou a mim que sofre cobrança familiar demais. E nessa orientação, o cuidado de não invadir a vida familiar que não conheço. Nesse final do ano, uma aluna de 18 anos veio alugar um livro, o diário de Anne Frank, inclusive ela nunca tinha vindo ao multimeios. Indaguei porque ela queria ler o livro. Narrou que fazia parte da história dela. Nos sensibilizamos e demos o livro a aluna. São coisas simples, mas o escutar a história de cada um. Não somente uma funcionária pública, mas alguém que pode orientar outro. Se você trata o outro com hostilidade traz mais dificuldade, daí esse afeto com os alunos me faz bem. E a minha parte enquanto servidora é respeitar no caso, também aceitar o nome social dos alunos e alunas que visitam a sala. Inclusive há sete pessoas que passaram a usar o nome social e a gestão no envio a relação para não deixarmos essas pessoas constrangidas. No início foi difícil, a exemplo, é como eu observasse um livro branco e tivesse de falar que ele é amarelo”. (Participante 7, prof.ª no “multimeios” há 17 anos. Efetiva no DMR desde 2005).*

Excluído: Adriana Mesquita

Ao término da narrativa, no dia 22 de dezembro de 2022, próximo à mesa, estava Participante 8, prof. de Matemática desde 2013 no Deputado, morador no bairro. Quando indaguei se também poderia emitir um olhar sobre a escola ele prontamente se dispôs:

Excluído: Anilton

*“Até antes da pandemia, eu era rígido, carrasco. Com o retorno presencial, passei a ser mais maleável, pois cobrava demais dos alunos e venho procurando melhorar pois na pandemia fiquei sozinho. Passei a ouvir os alunos e suas histórias. Desde 2007 e desde os meus cinco anos de idade ando por aqui pois fui aluno e agora professor. Antigamente aqui oferecia educação infantil e o fundamental I e II. O fato de morar no Vicente Pinzon me dá esse direito de explicar não ocorre o falar mal da escola, mas o estigma que o bairro atravessa devido os índices de violência. E mesmo com a construção da escola profissional aqui perto, nossa escola não perde clientela. Todavia, ainda não conseguimos oferecer aos alunos o que o mundo lá fora oferece de forma atrativa em outros aspectos. Alguns querem ganham dinheiro e até por meios confusos, o que não cabe a nós proibir. Na escola temos o conhecimento e o aprendizado, mas uma parte dos alunos vem para não ficar em casa, pela oferta do transporte escolar, alimentação e principalmente rever os colegas. Cada vez atesto que a escola necessita do olhar da sociedade e do Estado. Estamos rodeados de riquezas. Vizinhos ao bairro Dunas, mas as desigualdades são visíveis. Grande parte dos alunos são oriundos do: Caça e Pesca, Praia do Futuro, Serviluz e aqui do Vicente Pinzon; áreas vulneráveis a conflitos sociais, mas não afetam o cotidiano escolar. Por isso afirmo que voltei da pandemia tentando melhorar porque eu moro aqui. Em função da escola ser “neutra”, mesmo certos alunos falando isso ou aquilo, o respeito entre si, a Direção e professores é explícito pois a presença do Olavo é viva e participativa. Uma narrativa do Diretor nos ajuda a seguir: [...] quando um aluno entra aqui na escola não é do grupo A ou B, pois aqui todos somos DMR”.*

*“Nesse prédio ainda novo não há pichações nas paredes, salas de aula ou banheiros. E a localização entre um bairro nobre (Dunas), o mar (praia do futuro) e a comunidade (Vicente Pinzon) tem sido um dos melhores lugares para eu trabalhar. Em relação ao prédio antigo, era mais aconchegante devido a estrutura ser em formato de “H”. A escola a escola era mais compacta, inclusive havia um janelão enorme por onde visualizamos o vai e vem das pessoas. Nesse novo formato, a “escada” de acesso as salas de aula no primeiro e segundo andar tem sido o local que mais aglutina alunos. É como fosse uma pequena pracinha. A sensação de pertencimento ao lugar motiva a mim pois estou professor, mas fui aluno e minha vida se confunde com o Deputado. Em relação a célula de oração que funciona na escola eu apoio por ser um instrumento de resgatar alunos. Em sala de aula passei a incentivar que procurem Deus, independente do credo religioso.”*

Às vésperas de findar 2022, acontecia avaliações por parte do conselho de classe, o qual decidia que iria ser aprovado ou ir à recuperação em janeiro. Até tentei assistir a reunião pois na condição de observador também sou professor efetivo em sala de aula. Indaguei ao Diretor que somente ficaria ouvindo o que eles relatariam do ano letivo a findar, mas rapidamente o prof. Olavo disse: Oh professor, lhe dou todo apoio a pesquisa sobre os alunos e a célula (discussão inicial proposta), mas agora *somos nós com nós*. Essa observação me levou a entender a preocupação dele com as decisões finais da escola.

Na realidade, iriam apresentar o parecer N° 0386/2021 do Conselho Estadual de Educação - CEE, o que orienta sobre as ações em relação ao termino do período pandêmico e procedimentos sobre aprovação automática, interações professor/aluno e questões internas. Eu sinalizei concordar entendendo que não tinha relação direta com a pesquisa e atestando o quanto me reconheciam, mas deixava claro que eu não era *da casa*, e mesmo sendo um professor minhas incursões e olhares traziam a desconfiança, mas não quer dizer me isolarem, mas eu não era do Deputado.

Em contrapartida, fisgar os professores para ouvir seus olhares não tinha sido planejado, mas funcional na instrumentação qualitativa ao texto. Nesse recorte, também elencar interlocutores que se posicionaram durante o período eleitoral em 2022 em sala de aula e também por serem amistosos e cultivarem uma certa liderança entre os pares foi possível.

Para essa percepção, na sala dos professores, dentre os vários locais da escola pude verificar sentimentos de cordialidade e elaboração de laços afetivos entre os professores e ao observador pois indagavam que a pesquisa seria interessante, mas teciam críticas a ideia inicial de verificar os alunos que frequentavam a célula de oração instigando que eu deveria observar outras performances e essas queixas foram preciosas para alargar o olhar em uma escola que haviam alunos e professores sem religião, professores espíritas, candomblecistas.

Reencontrar [Participante 9](#) ou *cherry* (50 anos, prof. de História que há dez anos leciona no Deputado e há 28 anos estar em sala de aula) não que era o tipo ideal weberiano, mas um interlocutor privilegiado, pois lançava indagações e acolhia a pesquisa com bons apontamentos. Nos anos noventa fomos contemporâneos pelo campus do Itaperi onde cursei Licenciatura Plena em Geografia na UECE, concluindo em 1997 e, em 2009 retorno para o bacharel em Ciências Sociais.

**Excluído:** Luís Eduardo Braga Monteiro

*“A meu ver não é a célula de oração que pertence a escola, mas uma forma desses alunos congregarem na escola, o que já fazem lá fora. Há alunos bons na célula, mas eles não têm é estratégia, entendendo que a motivação não é um processo externo, mas interno. Eu posso até*

*incentiva-lo, mas não motivar. Você não tem um axioma, uma verdade absoluta, no entanto, na célula há alunos que passam ao largo nas preocupações com as atividades pedagógicas escolares. É um aspecto importante ao afeto é saber o nome do aluno. Eu tenho nove turmas aqui e conheço cada um pelo nome. Daí, quebrou a impessoalidade, mas minhas aulas não têm a mesma audiência e não surte o mesmo efeito. É o que tenho observado com o Brasil que recente atravessou uma demonização na política influenciando diretamente na escola. O professor que der uma aula mais politizada e menos caricatural tem maior dificuldade de chegar ao aluno. Eu percebo essas dificuldades cotidianas, mesmo não sendo diretor de turma. Trocar ideias, parar para ouvir, mas no ponto de vista da aula em si, por conta desse cenário e com o avanço dos discursos reacionários, uma aula mais politizada anda difícil que há anos atrás. No período eleitoral houve um mal-estar com alguns alunos, daí um pai veio a escola na alegava que eu menosprezava escolhas religiosas ao ponto de associar ao candidato A ou B. Não houve ouve discussão nesse sentido, mas em sala eu explicava que contra o golpe de 2016 pois é tarefa de qualquer professor refletir sobre o golpismo existente no país. É obvio que em um processo mais desacelerado e ainda em curso no Brasil. Por exemplo, ninguém tem certeza absoluta que o Lula vai assumir a presidência no dia primeiro de janeiro de 2024, sem lutos, atos de vândalos em Brasília, a condenação do golpismo, condenação das urnas pois o Lula era o personagem central. O Lula não era o protagonista do debate, mas a defesa da democracia. Não houve enfrentamento nesse sentido. Respeito as urnas e na lateralidade da discussão sem o Lula era impossível o nome dele o protagonista da discussão, mas a defesa da democracia, da legalidade. Não houve enfrentamento ou conflito. Ao contrário, eu tive alunos em sala de aula que chegaram a abrir bandeiras do Bolsonaro e não coloquei objeção. Há alunos que fazem uma dicotomia que não existem, mas são estudiosos e participam tentando estudar, inclusive alunos que participaram da Olimpíada Brasileira de História – OBH. Não ouve intransigência dos professores, mas uma articulação, com grau elevado de organização ou insipiente para quer fossemos julgados por um pequeno grupo de alunos sobre o que falarmos ou deixarmos de falar. Independente da religião, eu ressalto que o Estado é laico e há espaço para todos debater. Porque não temos aqui na escola, da mesma forma que há espaço para a célula espaços para todos debaterem. Da mesma forma que abrem espaço a célula, a escola deveria abrir vínculos com a matriz afro brasileira. Eu noto que pode ser um processo incipiente, mas há julgamento constante que nós professores precisamos ter cuidado com o que há de mais sagrado e inviolável a um professor a liberdade de cátedra”.*

As considerações de **Participante 9**, feita na presença de outros dois professores (Marcos Rocha e Bruno Santos) fortaleciam questões cirúrgicas à discussão sobre o ensino de Sociologia no ensino médio longe de um direcionamento religioso ou moral, mas aberto a ouvir e perceber

**Excluído:** Luís Eduardo

outras pluralidades e autonomia em sala de aula. Eu não percebia esse controle ou tentativa de barrar a discussão política até porque o momento foi tenso em uma eleição majoritária parecida com uma panela de pressão e ficaria difícil a educação ser neutra. Eduardo e alguns professores traziam essas inquietações, mas outros professores, em especial, no ensino de Sociologia no Deputado se mantinham a parte ou silenciavam pois alegavam ser tenso pois haviam muitos alunos evangélicos. E nessa observação, a pesquisa foi saindo da caixa proposta e passando a compreender Weber nas narrativas vivas que fui escrevinhando.

Atento a narrativa, o prof. [Participante 10](#) que leciona (28 anos, desde 2021 estar no Deputado) Geografia na turma que priorizei a incursão, o 2º ano B, estava à mesa e se prontificou a expressar seu olhar. Eu não somente confirmo balançando a cabeça como passo o gravador do celular para perto dele.

**Excluído:** Marcos Rocha

*“Não percebo essa escola, talvez seja a premissa da sua pesquisa. Participam da célula e ter melhor participação em sala de aula. Muitas vezes, os bons alunos estão impregnados, daí os embates quando temos o enfrentamento religioso. Não acredito que a célula e questiono que seja um movimento somente religioso, mas político e, em certa medida, eleitoral e capitalizar recursos. E não é um movimento orgânico, mas induzido. O debate sobre a célula nunca foi feito aos olhos da gestão por ser delicado, mas o desejo de mudança que eles pregam. E outro posicionamento, daí por estudar religião, tento ter o trato ao dialogar com outras expressões e algumas questões, em sala de aula com acuidade. Ao discutir Israel e palestina, o cristianismo enquanto religião sincrética. Daí o caráter proselitista da célula. Mas que religião tão frágil seria essa que em uma aula de Geografia incomoda? Quando se trata da religião, eu me calo, mas o partido também não? Que coisa dogmática é essa”.*

A primeiro plano observo em [Participante 9](#) e [Participante 10](#) abordagens sócio histórica e preocupação aos desmandos políticos e a dificuldade em associar certos temas mal interpretados por alguns alunos. [Participante 9](#) ao intervir impulsiona uma nova geração que traz a religião para o debate escolar, o que outrora não ocorria, mas percebe alunos que não insistem em um Estado Laico, mas o retorno de uma religião oficial e essa seria a evangélica.

**Excluído:** Luís Eduardo

**Excluído:** Marcos Rocha

**Excluído:** Luís Eduardo

Na condição de observador e professor em sala de aula, mas em outra escola, conforme o percurso do campo, priorizei alguns professores a escuta por se importarem com o tema e nessa aproximação, o professor [Participante 11](#) (37 anos, Biologia) também estava no local e na sequência se mostrou interessado a refletir quando indaguei se o grupo de oração, mas conhecido por célula influencia na aprendizagem ou comportamento dos alunos.

**Excluído:** Bruno Santos

*“Em qual perspectiva que você quer? É complexo, pois os alunos que a célula eu não tenho conflito comportamental ou disciplinar em sala de aula. Todavia, quando vou aprofundar determinados debates com os alunos que frequentam a célula assuntos críticos sociais ou aula com conteúdo conceituais tudo bem, mas determinados temas: aborto, sexualidade ou questões morais ou éticas há bem mais divergências. Nesse aspecto, a presença da célula na escola, nesse sentido dificulta as aulas de Biologia pois no slogan na escola há uma frase que é formar cidadãos críticos. Por exemplo, recentemente com os alunos fiz um trabalho sobre as fake news e a COVID – 19 e fiquei indagado pois aqueles alunos pontuais que não dão problema disciplinar questionavam o professor desmerecendo o papel da ciência, uma geração mais conservadora. Quando ao afeto e ter mais conquistas não sou aquele professor que tem conflito com aluno. Em determinados momentos, sou enfático, mas tenho uma relação boa com eles. Inclusive, alguns que eu possa ter embates da célula, há um bom convívio. Tento ser um cavalo de batalha, me posiciono, mas minha posição não é direta. Não recuso citar nomes. A capacidade de determinadas figuras, a exemplo, médicos negacionistas. E meus alunos sabem meus posicionamentos pessoais, mas faz parte da ciência e se eu não politizar o debate não faço ciência”.*

Aproveitando a oportunidade de estarmos na sala dos professores pois esperavam o conselho de classe final de 2022 e indago a esses professores em relação aos alunos e alunas *trans* na escola. Pus o assunto por ter deparado com esse assunto quando na biblioteca entrevistei a prof.<sup>a</sup> Adriana, a qual fez questão ao se nomear católica e catequista apontou o quanto Deus acolhe a todos e ela também reconhece essas novas questões de gênero que adentrar a escola e me mostrou a listagem com o nome social, série e turma de sete alunos e alunas *trans* matriculados no ano de 2022 e a acolhida da prof<sup>a</sup> me trouxe a categoria afeto, além das questões morais e religiosas a um grupo de alunos invisibilizados ou com baixa acolhida por inúmeras gestões escolas e professores.

Três masculinos e quatro femininas. Doravante, tive a iniciativa de indagar aos três professores que entrevistei nesse dia como percebiam e conviviam com esses desafios. Lembrando que verifiquei na escola que a gestão, professores e alunos consideram e denominam pelo nome social os que reivindicam Em relação aos alunos e alunas transexuais<sup>22</sup>,

---

<sup>22</sup> Eu trouxe a discussão por ter me deparado com essa narrativa na biblioteca quando entrevistei a prof<sup>a</sup> Adriana, que fez questão de se nomear católica e catequista, mas apontava que Deus acolhe a todos e quem seria ela para não reconhecer essas novas questões de gênero na escola ao ponto que me confiou mostrando a listagem com o nome social, série e turma de sete alunos e alunas *trans* matriculados no ano de 2022. Três masculinos e quatro femininas. Doravante, tive a iniciativa de indagar aos três professores que entrevistei nesse dia como percebiam e conviviam com esses desafios. Lembrando que verifiquei na escola que a gestão, professores e alunos consideram e denominam pelo nome social os que reivindicam.

e vocês três, enquanto homens cisgêneros, eu queria a opinião de vocês. Eu vou dar um exemplo que você irá entender. Eu sempre tive o cargo do Diretor de Turma. Há anos atrás, tivemos uma aluna em transição para homem trans. Ela tinha problemas familiares. O Felipe, quando sai da escola, maior de idade, manda uma mensagem a mim e ao Eduardo agradecendo por ter ajudado a ele no processo de transição e chamar pelo nome social.

Eu vim para assistir o conselho, mas tive um único não até agora da gestão e não o trabalho, eu tenho que transpor juventude, religião e escola.

Paulo Tibúrcio, o Prof. de Sociologia e História, o qual ficou esse observador por ser envolvido nas atividades da escola é professor há quinze anos na condição de temporário. O compromisso desse Professor, lógico que não negando a contribuição dos demais foi recebendo tessitura e materialidade devido Paulo não ter posto empecilho quando a ele fui apresentado.

*“Eri, essa indagação que você nos faz se o fato de alunos que participam da célula de oração tem alguma relação com o comportamento ou melhoria nas notas em disciplinas eu digo sem receio em relação ao que conheço dentro de sala de aula. No modo de abordarem uns aos alunos e interagirem com os professores. Em sua maioria, são alunos que não trazem problemas disciplinares e são cumpridores das tarefas. Admito que tem foco diferenciado em relação aos demais. Há vários que devido a leitura religiosa se mostram bons conhecedores de versículos bíblicos. No tocante ao afeto na tentativa de aproximar o aluno aos conteúdos didáticos Paulo atribui que devido muitos sofrerem com pessoas que os destratam ou sem práticas de respeito mútuo, se aproximam do professor com fossemos o Pai que certos talvez não tem. Recordo de um certo aluno que disse ser de família simples, mas lutam por uma vida melhor. Desde novembro/2015 estou lecionando no Deputado e verifico uma interação positiva entre professores, alunos e Direção”.*

#### **4.2 Percepções sobre a metodologia a ser utilizada**



Fonte: Erivaldo Teixeira, agosto/22.

Um dos locais que causavam alvoroço, incomodo e ao mesmo tempo uma sensação de pertencimento, amizade e vínculos são os quatro lances de escada ao primeiro e segundo andar do Deputado. Parecendo algo “aleatório” como tem sido apropriado pela juventude Osse termo, a escada, além de proporcionar a coordenação na cerca do segundo andar um olhar amplo de quem estar “passeando”. No piso do primeiro andar, há pouco tempo, a própria coordenação designou Dona Francisca para ficar na retenção aos alunos para não descereem.

Por vezes, sou surpreendido com a indagação por interlocutores ou colegas de trabalho em relação a escolha do local para o campo, a exemplo: “*Eri, por que a escola do Deputado ou qual motivação lhe levou a essa região de Fortaleza?*”. O que rapidamente volto a lembrar das propostas do Governo Camilo Santana (2015-2018 e 2019-2022) no tocante a segurança pública, em especial, o Projeto Ceará Pacífico, [...] o qual, a vice-governadora Izolda Cela estava à frente e a região da Grande Praia do Futuro, com altos índices de vulnerabilidade e violência estava incluído e o Deputado se encontra nesse território.

Um outro atenuante impulsionador foi o período entre setembro/2015 até dezembro/2022 que a escola esteve de forma transitória entre dois outros equipamentos

esperando o retorno das aulas presenciais de forma total. O novo prédio da escola, ficou pronto em janeiro/2020, mas com o advento da pandemia do covid-19 em meados de março, a escola continuou de forma remoto suas atividades.

E mais uma peculiaridade a pesquisa é o fato da escola ser ancora para alunos de várias outras comunidades que residem no entorno, ao ponto que recebe alunos dos bairros: Serviluz, Vicente Pinzon, Praia do Futuro I e II e Caça e Pesca. E nessa junção de alunos de vários lugares se entrecruzam o que certos interlocutores denominam: Aqui não é grupo A ou B, aqui todos somos DMR. Essa citação traz ao observador uma sensação de pertencimento, acolhida, afeto e ser escola.

A priori, eu vim com a dócil ideia de acompanhar somente o grupo de oração evangélico que funciona dentro da escola, as 4ª feiras nos intervalos da manhã e tarde e conforme o processo de escuta elaborar um questionário com perguntas abertas semiestruturadas indagar como esses alunos verificam as aulas de Sociologia desenvolvidas na escola pelos dois professores designados.

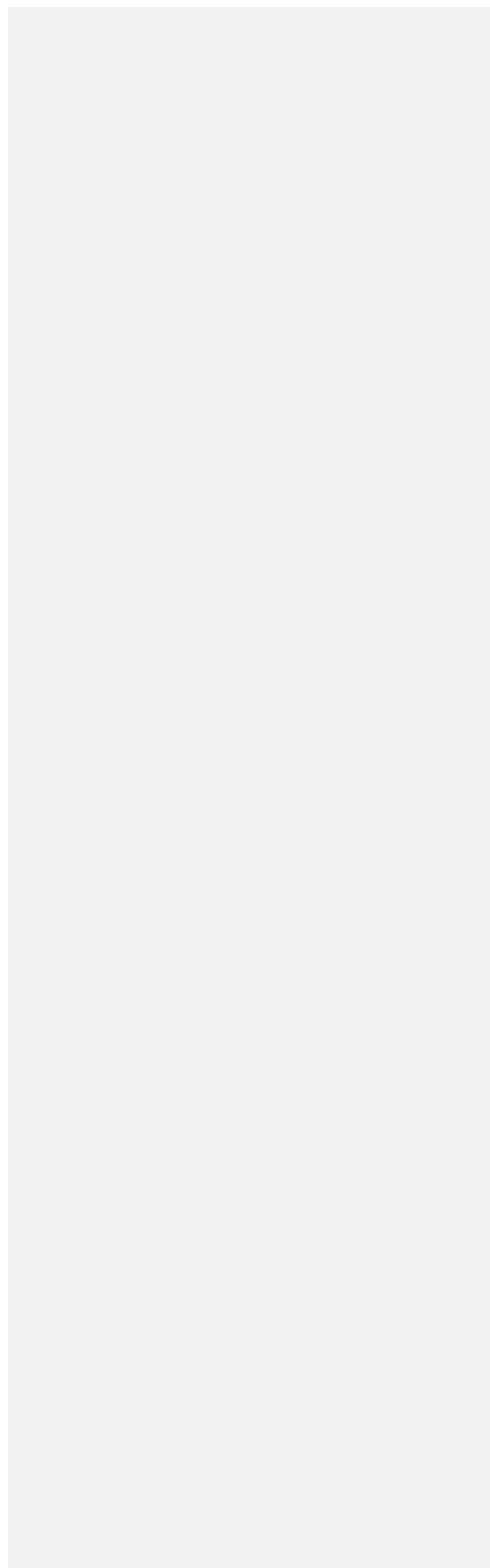
Um dos contratempos a esse trabalho dissertativo, o que não foge à realidade pandêmica com a COVID-19. Por terem iniciado em maio/2021 de forma on line, as disciplinas no ProfSocio, em parte passavam a esse observador que em 2022, com o “fim da pandemia” em face do maior número de pessoas vacinas o campo iria fluir com maior afinco e a fomentação das narrativas observado em campo ser transposto ao texto da qualificação. Após ter esperado entre agosto e dezembro/2021 retorno de mensagens on line e contatos por telefone junto a escola e não ter obtido maior adesão, resolvi esperar o ano letivo de 2022 pois a frequência sem máscara, além de aglutinar os alunos. Sendo assim, em abril/2022 pessoalmente fui a escola, pois antes, meu único informante estratégico era o Instagram da escola, o qual foi a porta de acesso por repassar contatos e a quem procurar.

O fato de ser professor efetivo de Geografia que também leciona Sociologia no ensino médio há 19 anos colaborou a recepção pela gestão que indagou qual seria meu interesse e o como funcionaria essa pesquisa. De pronto, apresentei documentos e a carta inicial ao ProfSocio

“Como as amizades são importantes a construção de laços de afeto entre os alunos. Esse é um dos elementos que aproximam, conviver. Formam suas panelinhas. Uma convivência necessária.”

A priori, a intenção da pesquisa apresentada na carta ao ProfSocio tinha por premissa verificar o grupo de oração organizado por alunos evangélicos dentro de uma escola pública e como decorriam suas relações com os professores, em especial, de Sociologia pesquisa apresentada na carta no processo seletivo, esse observador tinha o interesse de verificar em

campo, como decorriam as relações dos alunos que participavam de grupos de oração na escola e as interações com os professores em sala de aula em 2022 em face do período eleitoral.



O presente estudo adotou a pesquisa.....

(Figura 6)

Figura 6 - XXX



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 7)

Figura 7 - xxx

Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).  
(Figura 8)

Figura 8 - xxx

Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 9)

Figura 9 - xxx

Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 10)

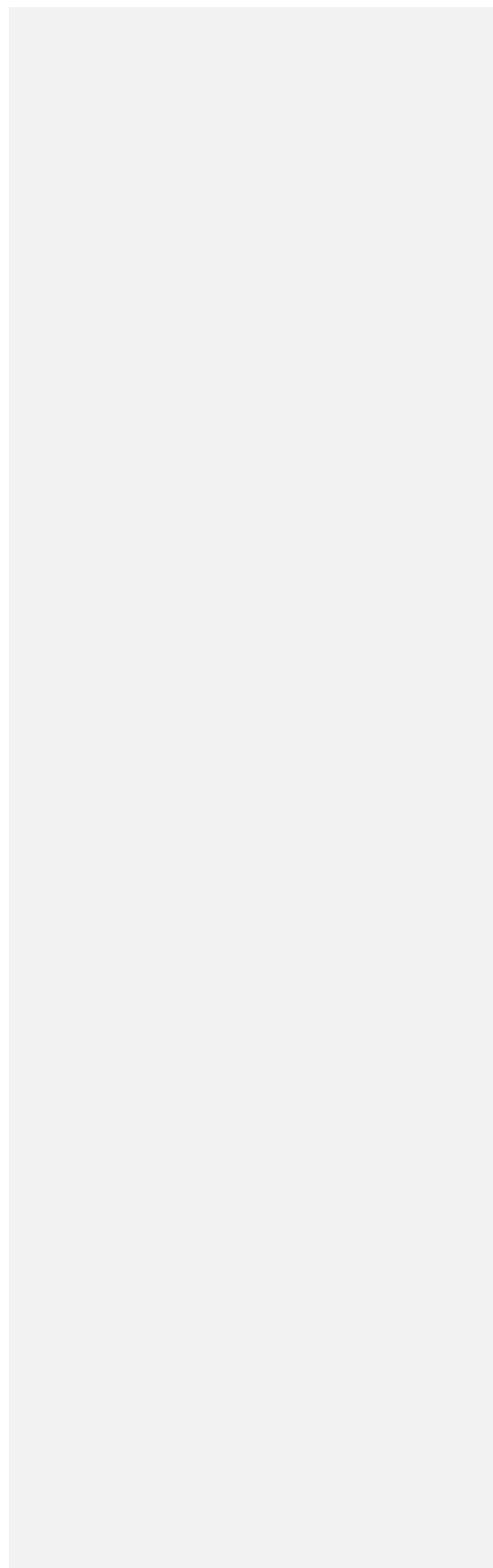


Figura 10 - xxx



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 11)

Figura 11 - xxx

Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 12)

Figura 12 - xxx



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 13)

Figura 13 - xxxx

Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 14)

Figura 14 - xxx

Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 15)

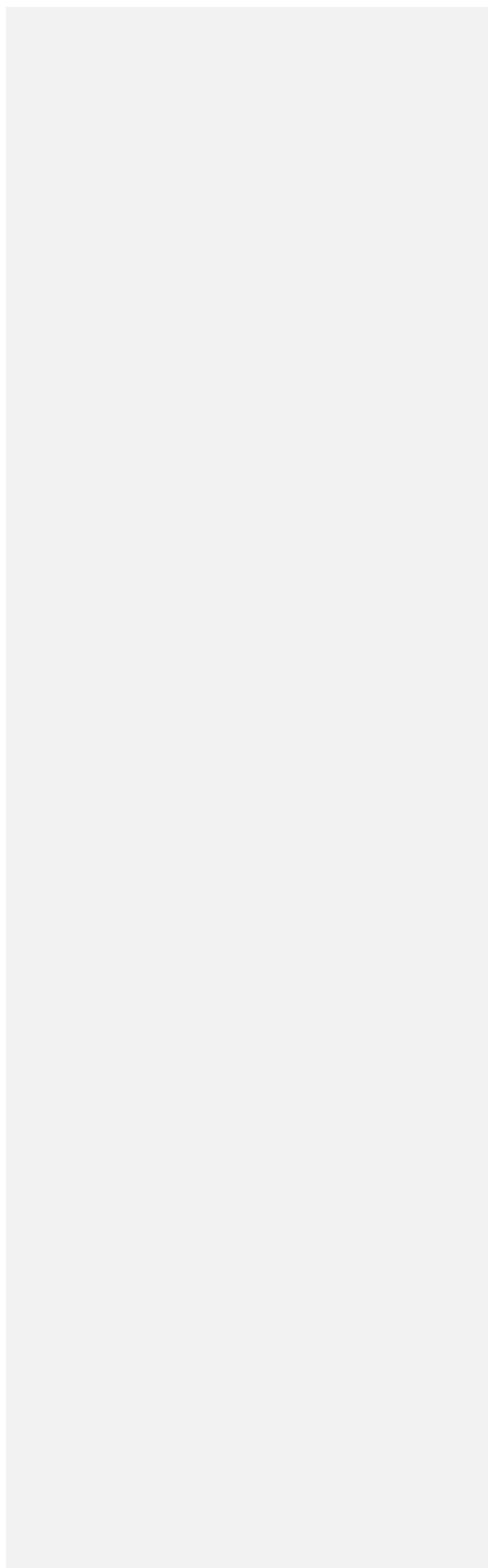


Figura 15 - xxx



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 16)

Figura 16 - xxx

Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

(Figura 17)

Figura 17 - xxx



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

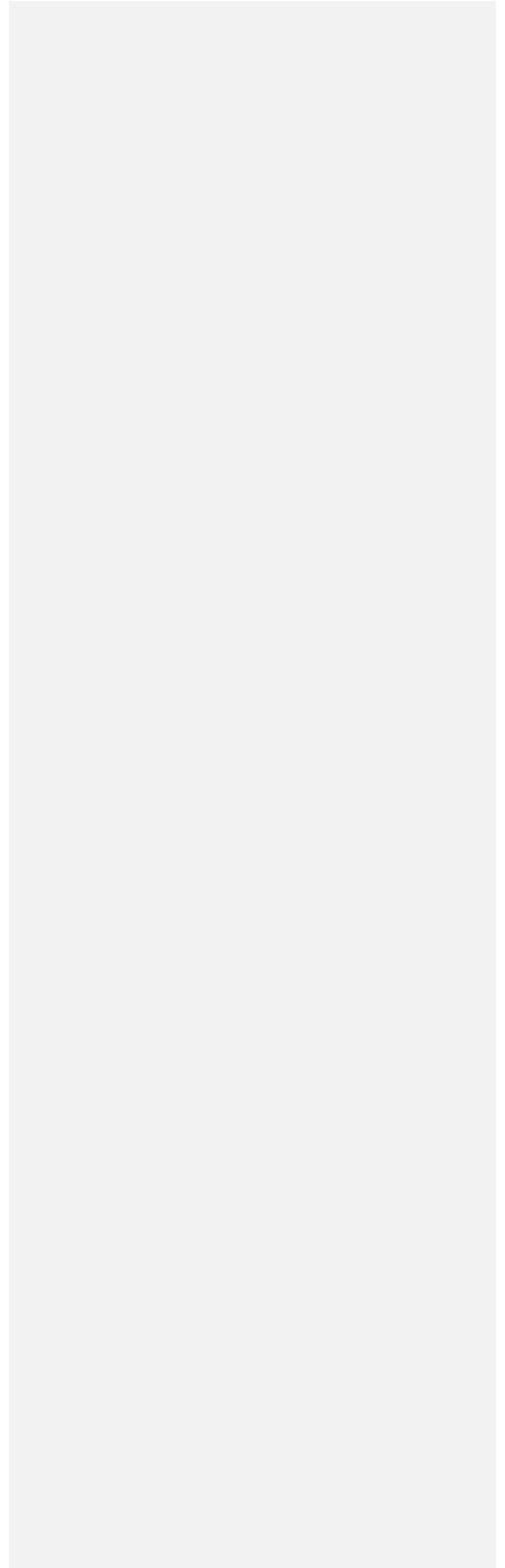
(Figura 18)

Figura 18 - xxx



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

## 5 CONCLUSÕES



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Danielle Mesquiati de Oliveira. Ensino religioso, cidadania e ética: práticas pedagógicas integradoras. **Revista Unitas**, v. 7, n. 1. 2019.
- AMADO, Suely Maria da Silva. **Violence and religious experience in Publica School in Goiânia**. 2001. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2001.
- ANDRADE, Tainá. **Inep aponta crescimento do ensino a distância no Brasil - Censo sobre os cursos superiores mostra que, em 10 anos, houve um aumento de quase 500% no oferecimento de disciplinas com esse formato de aprendizado. Mas a qualidade é um fator preocupante**. Correio brasiliense, 05 nov. 2022. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2022/11/5049622-inep-aponta-crescimento-do-ensino-a-distancia-no-brasil.html>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Universidade Federal do Espírito Santo**, v. 24, p. 157-172, jun. 2010.
- BARRA, T. B. A. **O papel formativo do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR na comunidade do Lagamar através da perspectiva dos participantes: Uma experiência de construção da resiliência e do empoderamento**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2015.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo - O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de jul. 1997.
- BUCHOLZ, Luíze Gomes; DERISSO, José Luis. O Ensino Religioso nas leis de diretrizes e bases da educação nacional e os embates entre religiosos e laicos no Brasil. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 2, p. 667-681, abr./jun. 2020.
- CAVALIERE, A. M. O mal-estar do Ensino Religioso nas escolas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 37, n. 131, p. 303–332, mai-ago. 2007.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CUNHA, Flávia Melo da; DULLEY, Iracema. (Orgs). **Etnografia, Etnografias**. Ensaios sobre a diversidade do fazer antropológico. São Paulo: Annablume, 2011.

CUNHA, L. A. O Sistema Nacional de Educação e o Ensino Religioso nas escolas públicas. **Educação & Sociedade**, [S.l.], v. 34, n. 124, p. 925–941, jul. 2013.

DAYRELL, J. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 24, p. 40-52, dez. 2003.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Morre fisioterapeuta baleada durante assalto no bairro Aerolândia, em Fortaleza Hillary foi atingida por disparo de arma de fogo na coluna e teve duas paradas cardíacas. Ela estava internada desde o domingo (25)**. Diário do Nordeste, 29 set. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/morre-fisioterapeuta-baleada-durante-assalto-no-bairro-aerolandia-em-fortaleza-1.3282558>. Acesso em: 25 jun. 2023.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Vítima foi abordada por dois criminosos e esfaqueada no peito enquanto aguardava em semáforo**. Diário do Nordeste, 01 dez. 2022. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/motorista-de-aplicativo-e-morta-em-tentativa-de-assalto-no-bairro-aerolandia-em-fortaleza-1.3307265>. Acesso em: 25 jun. 2023.

DOMINGOS, Marília D. F. N. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, [S.l.], p. 45-70, set. 2009.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva S. A, 2014.

GCMMAIS. **Chacina na Aerolândia: quatro pessoas são mortas nesta sexta-feira (18) em Fortaleza**. GCmais, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://gcmmais.com.br/noticias/2022/02/18/chacina-na-aerolandia-quatro-pessoas-sao-mortas-nesta-sexta-feira-18-em-fortaleza/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUIMARÃES, R. S.; OLIVEIRA, C. R. B. "Meu *twitter*, minhas regras": as pautas de costumes na educação bolsonarista. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, p. e4568140, 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4568>. Acesso em: 25 jun. 2023.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **Materiais didáticos para o componente curricular Ensino Religioso visando a 2016 implementação do artigo 33 da Lei 9394/96 revisto na Lei 947/97**. Brasília: UNESCO, 2016.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. Juventude das periferias na escola: conflitos e evasão a partir da sociabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 21, Belém, 2023. **Anais...** Belém: SBS, 2023.

MELO, Márcia Luz de. O ensino religioso nas escolas públicas e o princípio da laicidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 08, n. 4, p. 113-125, abr. 2023.

NASCIMENTO, Thatiany. **Vicente Pinzón segue marcado por carências - Moradores reconhecem ações realizadas no bairro, mas reforçam que é preciso agir de forma mais efetiva**. Diário do Nordeste, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/vicente-pinzon-segue-marcado-por-carencias-1.1908484>. Acesso em: 25 jun. 2023.

OLIVEIRA, V. H. N.; LACERDA, M. P. C; NOVAES, R. C. R. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. **Educação em Revista**, v. 37. 2021.

PAIS, J. M.; LACERDA, M. P. C; OLIVEIRA, V. H. N; Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 64, p. 301-313, abr./jun. 2017.

PARREIRAS, Carolina. “**Não leve o virtual tão a sério?** – Uma breve reflexão sobre métodos e convenções na realização de uma etnografia do e no online”. In: In: FERIANI, Daniela Moreno; CUNHA, Flávia Melo da; DULLEY, Iracema (Orgs). Etnografia, etnografias. Ensaios sobre a diversidade do fazer antropológico. São Paulo: Annablume, 2011. p. 32-49.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], n. 5 e 6, p. 15-24. 1997.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas: crônicas**. Raúl Antelo (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROCHA, Maria Cristina. Juventude: apostando no presente. **Imaginário**, São Paulo, v. 12, n. 12, jun. 2006.

SANTOS, Leandro José. **O que é trabalho de campo?** Blog Café com Sociologia. Julho. 2021. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/o-que-e-trabalho-de-campo/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SILVA, C. N; TERUEL, J. M; TOSTI DA SILVA, A. Manifestações religiosas no espaço acadêmico: Interferências no processo pedagógico. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 18, n. 2. p. 163-168. 2017.

SILVA, Emanuel Freitas da. Emanuel Freitas da. Uma “afrota aos ideais laicos do Estado: Cultura versus religião na plataforma eleitoral de um pastor-candidato. **Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, v. 17, n. 4, p. 155–175. 2019.

SILVEIRA, Emerson S. da. Estado laico, ensino religioso e intolerância: os desafios da educação pública. **Educação, Escola & Sociedade**, Montes Claros, v. 14, n.16, p. 1-25, jan.-dez. 2021.

SILVEIRA, Fernando Coutinho. **Leão da Análise do Ensino Religioso nas Escolas Públicas à Luz da Legislação Brasileira**. JusBrasil, [online]. 2015.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, G. P. Os desafios e conquistas pedagógicas da EEM Deputado Manoel Rodrigues. In: SANTANA, Onélia Maria Moreira Leite de et al. (org.). **Educação do Ceará em Tempos de Pandemia**. Fortaleza: SEDUC: EdUECE, 2021. p. 11-340.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 24, dez. 2003.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; AMARAL, Tânia Conceição Iglésias do. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino religioso nas escolas públicas. In: JORNADA DO HISTEDBR (GRUPO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL), 4, PR, 2004. **Anais...** Paraná: HISTEDBR, 2004.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.